

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS  
HUMANAS**

**LUIZ DE BARROS MOREIRA**

**DESLOCAMENTOS HUMANOS ASSOCIADOS A  
QUESTÕES AMBIENTAIS:  
A EMERGÊNCIA DE UMA LUTA POR  
RECONHECIMENTO NO ÂMBITO DO ACNUR**

**GUARULHOS  
2018**

**LUIZ DE BARROS MOREIRA**

luizbmoreira@gmail.com

**DESLOCAMENTOS HUMANOS ASSOCIADOS A  
QUESTÕES AMBIENTAIS:  
A EMERGÊNCIA DE UMA LUTA POR  
RECONHECIMENTO NO ÂMBITO DO ACNUR**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Ciências Sociais da Universidade  
Federal de São Paulo – UNIFESP –  
Campus Guarulhos

Orientador: Prof. Dr. José Lindomar  
Coelho Albuquerque

Co-orientador: Prof. Dr. Humberto  
Prates da Fonseca Alves

**GUARULHOS  
2018**

**LUIZ DE BARROS MOREIRA**

**DESLOCAMENTOS HUMANOS ASSOCIADOS A QUESTÕES  
AMBIENTAIS: A EMERGÊNCIA DE UMA LUTA POR  
RECONHECIMENTO NO ÂMBITO DO ACNUR**

Dissertação de Mestrado  
apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais da  
Universidade Federal de São  
Paulo.

Aprovada em:

---

Prof. José Lindomar C. Albuquerque (Orientador – UNIFESP)

---

Prof. Humberto Prates Fonseca Alves (Coorientador – UNIFESP – presidente da banca)

---

Prof. Dr. Janes Jorge (UNIFESP)

---

Prof. Dr. José Miguel Nieto Olivar (USP)

---

Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin (UNIOESTE – Suplente)

## AGRADECIMENTOS

À minha “mãenambucana”, Elza (*in memoriam*), e ao meu “paituguês”, Manoel (*in memoriam*), sempre presentes comigo.

À querida Bárbara, a Baby, colega da primeira turma das Ciências Sociais, turno noturno, que, com sua partida precoce – já no mestrado –, nos deixou como herança seu empenho e compromisso para conosco, para com o estudo, para com tudo aquilo em que se envolvia (*in memoriam*).

Aos professores Lindomar e Humberto, pelas orientações e apoio que me deram.

A meus colegas e professores da UNIFESP pelos esforços nessa empreitada que é participar da formação de um novo Campus de Ciências Humanas da Universidade Pública em Guarulhos, na Grande São Paulo (aqui cabe literalmente um parêntese, pois não tivesse gostado tanto do curso, não creio que teria aguentado a rotina extenuante que tive nesses anos).

A meus colegas de trabalho da SABESP, em particular a Cristiane Lara, pelo apoio específico em relação ao trabalho aqui apresentado.

À PUC-SP, com seus professores e colegas, onde estudei História e que – parafraseando Gilberto Gil – “me deu régua e compasso” para a vida.

## RESUMO

A pesquisa de mestrado foca na problemática contemporânea dos deslocados por razões ambientais, acompanhando o debate que tem ocorrido no próprio âmbito do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), particularmente as publicações do sítio Refworld. Portanto, é a partir de referências normativas, artigos e documentos que explicitam o debate conceitual em torno dos deslocados por desastres ambientais no âmbito do Acnur que se delineou o foco da presente dissertação. O objetivo principal foi entender as concepções e as posições do Acnur em relação aos deslocamentos por questões ambientais em um contexto contemporâneo, em que diversos agentes sociais (ONGs, movimentos ambientalistas, movimentos migratórios, lideranças políticas etc.) lutam pelo reconhecimento legal dos deslocados ambientais como sujeitos do direito ao refúgio. A pesquisa fundamentou-se na seleção e análise crítica de documentos do sítio Refworld relacionados aos deslocados ambientais internos e transfronteiriços, com ênfase nos informativos, nos artigos da revista *Migraciones Forzadas* e nos textos oficiais da Iniciativa Nansen.

**Palavras-chave:** Mudanças climáticas, deslocamentos ambientais, reconhecimento de direitos.

## ABSTRACT

The master's research focuses on the contemporary issues of displaced people due to environmental reasons, following the debate that has taken place within the UNHCR, in particular, the documents published on the Refworld site. Therefore, this dissertation focuses on UNHCR normative references, articles, and documents that explain the conceptual debate around people who displaced by environmental disasters. The main goal was to understand UNHCR's conceptions and positions regarding environmental displacement in a contemporary context in which various social agents (NGOs, environmental movements, migratory movements, political leaders, etc.) struggle for the legal recognition of the right to refuge to those who were displaced because of environmental changes. The research was based on the selection and critical analysis of Refworld documents related to internal and cross-border environmentally displaced persons, with an emphasis in the informative ones, articles of the *Forced Migrations* journal and in Nansen Initiative's official texts of the.

**Keywords:** Climate change, environmental displacement, recognition of rights.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS AO DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE DESLOCADOS/REFUGIADOS AMBIENTAIS: CAMINHOS DO RECONHECIMENTO DO REFÚGIO PELO ACNUR.....	19
1.1 Refugiado, imigrante irregular e deslocado ambiental na perspectiva do Acnur .....	19
1.2 Constituição e redefinições do estatuto internacional/nacional dos refugiados.....	23
1.3 O Brasil, o Acnur e a OIM ante as novas perspectivas de refúgio.....	26
1.4 A emergência da problemática dos “refugiados/deslocados ambientais” .....	29
2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESASTRES AMBIENTAIS E DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS – EXPRESSÕES DO DEBATE NO SÍTIO REFWORLD, DO ACNUR .....	37
2.1 De informes a relatórios estatais e internacionais – dinâmica da discussão.....	41
2.2 Breves informes – notas sobre a urgência do reconhecimento e as situações específicas.....	43
2.3 <i>Forced Migration Review</i> – acolhimento no tema numa perspectiva acadêmica .....	51
2.3.1 <i>Sobre a Revista</i> .....	51
2.3.2 <i>Artigos</i> .....	52
2.3.3 <i>Meio ambiente e refúgio – perspectivas de análise do conceito</i> .....	53
3 ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO DOS DESLOCADOS TRANSNACIONAIS POR DESASTRES AMBIENTAIS .....	61
3.1 Dos <i>Princípios orientadores</i> à Iniciativa Nansen – o vislumbre de perspectivas.....	62
3.2 Dos deslocados ambientais internos aos transnacionais: caminhos do debate acadêmico em torno do reconhecimento.....	65
3.3 Refworld – expressões acadêmicas e institucionais sobre migração e meio ambiente no sítio do Acnur.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	75
REFERÊNCIAS .....	78
ANEXO A: AGÊNCIAS DA ONU CONSULTADAS.....	85
ANEXO B: MAPA DE RISCO DE DESASTRES NO MUNDO .....	86
ANEXO C: DOCUMENTOS PESQUISADOS NO SÍTIO REFWORLD.....	87

## INTRODUÇÃO

*“Quem sai da terra natal / em outros cantos não para”*

*(Luís Gonzaga)*

O presente trabalho tem como referência inquietações originadas durante a escrita da monografia em Ciências Sociais, concluída na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em 2011. Naquela ocasião, minhas preocupações giravam em torno dos deslocamentos humanos em razão de questões ambientais. Essas mobilidades específicas dão origem a milhões de “refugiados ambientais”, segundo o Relatório do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) (BIANCO, 2009).

A partir dessas inquietações, surgidas ao longo de minha pesquisa para a monografia, na experiência do estágio para a licenciatura – realizado na Casa do Migrante – e em uma viagem ao Acre, passei a refletir e elaborar o projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação<sup>1</sup> em Ciências Sociais da Unifesp, intitulado *O Haiti aqui: terremoto e migração no debate sobre refugiados ambientais*.

O contato com haitianos em São Paulo, na Missão Paz<sup>2</sup>, e em Brasileia, no Acre, suscitou, então, questionamentos acerca de deslocamentos humanos associados a questões ambientais em países vizinhos ou próximos. O fluxo de haitianos pela fronteira norte do Brasil, em período seguinte ao terremoto ocorrido no Haiti, em 2010, parecia vir ao encontro do tema “refugiados ambientais”. Dessa maneira, aquilo que, inicialmente, havia sido pensado como um “estudo de caso” (no sentido de tomar a imigração haitiana para o Brasil após o terremoto), transformou-se em uma forma de discutir os deslocamentos humanos associados a questões ambientais.

Muitos imigrantes que buscam refúgio em outros países em decorrência de problemas ambientais em seu país de origem não podem solicitar o *status* de refugiado, pois, segundo o Ministério da Justiça do Governo Federal Brasileiro,

Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

---

<sup>1</sup> O projeto apresentado, que se encontra anexo a este texto, trazia o título “Refugiados ambientais – conceito e realidade”.

<sup>2</sup> Trata-se de uma ONG que, conforme informado em sua própria página inicial na internet, “acolhe migrantes, imigrantes e refugiados” (MISSÃO PAZ, [s.d.]).



I- Devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II- Não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III- Devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. (BRASIL, 1997).

Nesse sentido, nota-se a inexistência de qualquer referência a aspectos ambientais adversos como elemento que justifique a concessão do *status* de refugiado. Portanto, tendo como referência a definição oficial do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), responsável por reconhecer e nominar os refugiados, a expressão “refugiado ambiental” é explicitamente qualificada como inadequada em razão de sua conotação legal, conforme exposto pelo secretário geral da Organização para as Nações Unidas (ONU), António Guterres<sup>3</sup>, em agência que trata das ações relativas a pessoas em situação de refúgio.

A palavra ‘refugiado’ é um termo legal. Uma pessoa que seja qualificada como refugiada terá reunido o critério da Convenção de 1951 sobre os Refugiados e a Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA) de 1969 e o mandato do Acnur. Por essa razão, a referência a um ‘refugiado econômico’ não constitui um termo reconhecido pelo direito internacional. O mesmo acontece com o termo ‘refugiado climático’, ou ‘refugiado por desastres ambientais’. Ainda que esses termos venham sendo utilizados, em especial nos meios de comunicação, não seria correto dar-lhes um significado legal que não tivesse sido aprovado pela comunidade jurídica<sup>4</sup>. (ACNUR, 2011a; tradução nossa).

Tem-se aqui o apontamento de um representante do Acnur que não reconhece o uso legal dos termos “refugiado climático” ou “refugiado por desastre ambiental”, uma vez que estes ainda não foram aprovados pela comunidade jurídica. Aqui, o direito aparece como uma instância do reconhecimento e de existência formal, constituindo um elemento que lhe confere, mais do que uma legalidade, a

<sup>3</sup> Referência à posse de Guterres como Secretário Geral da ONU.

<sup>4</sup> “La palabra ‘refugiado’ es un término legal. Una persona que se determine que califica como refugiada habrá reunido el criterio de la Convención de 1951 sobre los Refugiados, el de la Convención de la OUA de 1969 o el mandato del ACNUR. Por esta razón, la referencia a un ‘refugiado económico’ no constituye un término reconocido por el derecho internacional. Lo mismo sucede con ‘refugiado por el clima’ o ‘refugiado por desastres ambientales’. Aunque estos términos se utilizan a menudo, en especial en los medios de comunicación, no sería correcto darles un significado legal que no ha sido aprobado por la comunidad jurídica.”

possibilidade de reconhecimento e legitimação, por exemplo, de uma solicitação de acolhida em âmbito internacional.

A clareza normativa a partir da qual o Acnur afirma a impropriedade do uso desse termo para o deslocamento de pessoas em razão de questões ambientais faz com que elas não possam ser acolhidas como refugiadas. Por outro lado, essa norma não implica uma recusa ao debate de processos migratórios – nacionais e/ou internacionais – motivados por questões ambientais. Exemplo disso é a *Convenção para a redução dos casos de apatridia* (ACNUR, 1961), que se constitui a partir de um objetivo global do Acnur de combater a ocorrência de situações nas quais pessoas fiquem sem uma nacionalidade. Essa Convenção é aqui citada como exemplo em virtude de que a apatridia seria a situação na qual habitantes de países insulares poderiam se encontrar caso os mesmos viessem a perder seus territórios em decorrência da elevação do nível do mar, aspecto que será abordado mais a frente nesta pesquisa. Dessa maneira, busca-se promover ações para que se reverta tal situação, mesmo que já tenha ocorrido o fato.

O tema da “apatridia” tem sido evocado a partir do debate acerca dos países insulares. Esses já demonstram sinais de perda de parte de seu território físico para os oceanos, ou mesmo pelo comprometimento do uso de suas terras e água em virtude de processos de salinização, por exemplo, que comprometem o uso dos demais recursos naturais.

Se tal situação configura algo inédito no mundo, o debate sobre a temática já está em curso e é recomendado aos usos relacionados à terminologia que se evite “a noção e uma linguagem que faça referência ao desaparecimento desses Estados, isto é, que eles perderiam sua personalidade jurídica, ou que submergiriam”<sup>5</sup> (ACNUR, 2011b; tradução nossa). Desse modo, ainda que possa ser encontrado registro do uso da expressão “refugiado ambiental” em 1970 por Lester Brown do World Watch Institute (BLACK, 2001), foi a partir de 1985, com um relatório feito por El-Hinnawai (PIGUET, 2008) para as Nações Unidas, que ele passou a ficar mais conhecido.

As questões associadas aos termos podem somar-se, então, a expressões, como: “ecorrefugiados”, “refugiados climáticos” ou “eco-profughi” (CALZOLAIO, 2010), dentre outras. Se, por um lado, constituem-se relevantes, dadas as

---

<sup>5</sup> “Debe evitarse la noción y el lenguaje referido a que tales Estados ‘desaparecerían’ (es decir, perderían su personalidad jurídica internacional) o se ‘hundirían’”. (ACNUR, 2011b).

implicações jurídicas que carregam – próprias do meio diplomático no qual se inserem –, por outro, expressam elementos próprios das relações internacionais, mediante a ordem ambiental e política, que se confrontam em busca de legitimação.

A discussão acerca de tais termos deve ser contextualizada naquela que tem sido uma das esferas nas quais mais vem ocorrendo: a jurídica. Portanto, é a partir de referências normativas, artigos e documentos que explicitam o debate conceitual em torno dos deslocados por desastres ambientais no âmbito do Acnur que se delineou o foco da presente dissertação. O objetivo principal é entender as concepções e as posições do Acnur em relação aos deslocamentos por questões ambientais em um contexto contemporâneo, em que diversos agentes sociais (ONGs, movimentos ambientalistas, movimentos migratórios, lideranças políticas etc.) lutam pelo reconhecimento legal dos deslocados ambientais como sujeitos do direito ao refúgio.

Para realizar esta pesquisa, fez-se um levantamento bibliográfico sobre o refúgio e também um debate acerca dos parâmetros nos quais se baliza o Acnur, o qual se constitui como um escopo para a realização desta pesquisa.

Para tanto, baseou-se no sítio *Refworld*, em suas versões em castelhano e inglês<sup>6</sup>, fez-se levantamento da documentação acerca do debate sobre o qual se centra a análise da dissertação aqui apresentada, utilizando-se de mecanismos de busca do próprio sítio. Isso permitiu a busca de documentos a partir das seguintes entradas: “Nexo entre migración y asilo / Cambio climático (incluyendo los migrantes por motivos ambientales)”, na busca em castelhano, e “Asylum-migration nexus / Climate change (including environmental migrants)”, na busca em inglês. O resultado foi um total de 219 documentos levantados até julho de 2017.

Os documentos selecionados nessa busca no sítio *Refworld* obedecem a dois critérios principais:

- referência à migração;
- relacionar-se ao tema “questões ambientais”.

A partir da leitura de tais documentos, conforme a bibliografia aqui apresentada, o procedimento de análise constituiu da discussão, tanto da rejeição ao termo “refugiado ambiental” quanto das perspectivas pelas quais as questões

---

<sup>6</sup> O sítio *Refworld* também dispõe de uma aba em russo, mas que não consultamos por desconhecimento da língua.

climáticas (termo mais usado no sítio *Refworld*) têm sido tratadas quando se discutem os deslocamentos humanos associados às questões ambientais.

Diante desta primeira forma de seleção documental, foi necessária uma checagem documento a documento, tendo em vista a ocorrência da discussão específica sobre “deslocados ou refugiados ambientais”.

É, portanto, a partir da discussão feita no âmbito do Acnur que se pretende discutir aquilo que é chamado de “vazio”. Isto é, quando se está querendo referir ao enquadramento institucional, em nível internacional, a ser dado a deslocamentos humanos associados a questões climáticas (ACNUR, 2011a). Vale destacar alguns dos textos, encontrados no sítio *Refworld*, que serão objeto de análise mais detalhada.

Da série “New issues in refugee research”:

- Environmental refugees: myth or reality? (BLACK, 2001);
- Environmental change and forced migration: making sense of the debate (CASTLES, 2002);
- Climate change and forced migration (PIGUET, 2008)
- Revista *Migraciones Forzadas* (2008 nº 31 e GP 10, 2014 nº 45 e nº 48, 2015 nº 49, 2017 nº 54,) (nov)).

Do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados:

- Cambio climático, desastres naturales y desplazamiento humano: la perspectiva del Acnur (GUTERRES, 2009);
- Desplazamiento forzoso en el contexto del cambio climático: desafíos para los Estados en virtud del derecho internacional (ACNUR, 2009);
- Key concepts on Climate Change and Disaster Displacement (UNHCR, 2017);
- Resumen de las deliberaciones sobre cambio climático y desplazamiento (ACNUR, 2011b).

Além desses documentos supracitados, a pesquisa centrou especialmente nos pequenos informes do Acnur, em números específicos da revista *Migraciones Forzadas* que abordavam problemas relativos aos deslocados ambientais e os

documentos sobre os princípios orientadores da discussão entre deslocados internos e transfronteiriços.

A escolha desses documentos teve como referência para a análise as abordagens propostas por Cellard (2012). Assim, se a análise dos documentos, do contexto em que foram produzidos, permitiria notar uma maior expressão da discussão aqui apresentada no período pós-Guerra Fria. Uma caracterização de autores pode ser apontada, pois, ainda que artigos de órgãos de notícias tenham sido considerados, era expressiva a presença de agentes públicos representantes de Agências Internacionais, como o Acnur, ou mesmo pesquisadores de áreas diversas, conferindo uma dimensão acerca da repercussão da discussão acerca de refúgio, migração e meio ambiente no meio acadêmico. O aspecto da “autenticidade e confiabilidade dos textos” consultados, seguindo a perspectiva de Cellard (2012), pode ser observado quando se nota a recorrência com a qual alguns desses autores são encontrados. Quanto à natureza dos documentos utilizados, conforme se poderá observar, foram considerados desde pequenos informes noticiosos até instrumentos internacionais relativos à migração, sempre tendo em vista a pertinência ante a questão abordada.

Dessa forma, buscou-se observar se há possíveis divergências que possam vir a impedir a criação de um denominador comum na criação de políticas de acolhimento de pessoas que se deslocam para outros países em decorrência de questões ambientais. Também se verificou a existência de canais que poderiam apontar para um entendimento mais consensual.

Tal discussão enquadra-se num contexto histórico – a partir dos anos 1980 – que sugere a emergência da compreensão acerca dos impactos ambientais de políticas econômicas que nem sempre estiveram afinadas com a gestão de riscos e cuja desconsideração tem consequências desastrosas, conforme pode-se observar em tragédias como as de Bhopal, na Índia, Seveso, na Itália, e Chernobyl, na Ucrânia (na ocasião do desastre era uma das repúblicas da União Soviética), conforme analisado por Joan Martinez Alier (ALIER, 2014). Vale destacar que o crescimento dessa discussão se dá em consonância com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como “Eco92” (ONU, [s.d.]).

Nesse contexto, o Acnur, como esfera normativa internacional, ao apontar a impropriedade do termo “refugiado ambiental” àqueles que se deslocam por

questões ambientais (sejam de ordem climática ou não), expõe os limites de sua atuação. Porém, ele não deixa de ser requisitado por sua *expertise* na gestão de deslocamentos humanos forçados. Tais questões estão presentes no debate que se realiza no âmbito dessa Agência e mesmo das Nações Unidas, cuja análise pretendeu-se desenvolver nesta pesquisa.

Para a análise das questões aqui apresentadas, três autores são referência: Ulrich Beck (2008), Joan Martinez Alier (2014) e Yvette Veyret (2015).

Em *A sociedade do risco*, Beck (2008, p. 20) aponta como “a semântica do risco se relaciona com riscos futuros que se tematizam no presente e resultam com frequência dos êxitos da civilização” (tradução nossa)<sup>7</sup>. O autor chama a atenção para a inter-relação entre aquilo que se faz no presente e sua correlação com eventos vindouros. O risco que pode afligir a dada sociedade não é, então, algo que se vislumbra em determinado momento sem que se possa notar qualquer correlação dele com a vida dessa mesma sociedade.

Ao afirmar que “os mais pobres do mundo serão os mais afetados, os que pior se adaptarão às transformações ambientais” (tradução nossa)<sup>8</sup>, Beck (2008, p. 64) aponta, ainda, para a relevância do reconhecimento da pobreza ante a necessidade de medidas de acolhimento e assistência específicas a esta condição. A precariedade das populações mais pobres diante de catástrofes ambientais expõe tanto a fragilidade da pobreza quanto a da política e das articulações sociais a ela relacionadas.

Os “refugiados ambientais” poderiam ser associados à ideia de “deslocamentos geopolíticos”<sup>9</sup>, como sugere Beck (2008), em que se inserem as vítimas de “conflitos ecológicos” (BECK, 2008, p. 64). Esses não são a expressão de uma confrontação bélica (de caráter conflitivo), pois, diante de dada catástrofe ambiental, um ou mais países vizinhos podem mostrar-se recalcitrantes diante da acolhida de pessoas que buscam um refúgio pela transposição de suas fronteiras. Na perspectiva dessa análise, Beck (2008, p. 64) diz que a concepção de “sociedade do risco” deve ser concebida “cosmopoliticamente”, tendo em vista o aspecto “transnacional” que lhe seria característica.

---

<sup>7</sup> “La semántica del riesgo se relaciona con riesgos futuros que se tematizan en el presente y resultan a menudo de los éxitos de la civilización” (BECK, 2008, p. 20).

<sup>8</sup> “Los más pobres del mundo serán los más afectados, los que peor se adaptarán a las transformaciones medioambientales” (BECK, 2008, p. 64).

<sup>9</sup> “Desplazamientos ‘geopolíticos’” (tradução nossa).

As limitações do Estado nacional são apontadas mediante questões que se revelam cruciais nas grandes sociedades urbanas, sendo a segurança – em suas mais diversas formas –, não só a pública, mas também aquela relativa à defesa civil, parte de um amplo leque de políticas públicas. Tais observações, entretanto, consideram a interconexão que ações e/ou omissões locais trazem consigo ao transcenderem seu território, e que, pelos riscos e amplitude de seu alcance, não podem ser evitadas por medidas específicas e isoladas de um dado Estado.

Uma análise de caráter “cosmopolítico” – no sentido de contemplar questões políticas no âmbito global –, conforme propõe Beck (2008), deve também considerar o debate público e o uso de argumentos científicos como meios de contribuição para a solução dos problemas próprios a essa “sociedade do risco”. Aqui, o Estado e os agentes afeitos a questões de ordem mais técnica podem alimentar-se reciprocamente, com vistas a mitigar problemas que lhes sejam comuns (BECK, 2008, p. 37).

É nesse contexto que, ao apontar para a necessidade de atenção aos riscos globais em nível cosmopolita, Beck (2008, p. 221) também sugere que se considere a utilização dos recursos já existentes para lidar com catástrofes correntes da vida cotidiana. Tal situação possibilita dar aos eventos, dos quais pouco se saberia, uma atenção maior, permitindo visualizá-los em suas possibilidades, mediante simulações tecnológicas e cenários pertinentes

A sugestão de se conceber as possibilidades reais de ocorrência de dado evento de ordem ambiental (tal como terremotos, combate à desertificação [FENÔMENOS NATURAIS DESLOCARAM..., 2016], ou mesmo fenômenos climáticos, como o El Niño<sup>10</sup>) parte da disposição que os recursos e sofisticadas tecnologias apresentam, isto é, são meios de avaliar, tanto a intensidade da ocorrência dos fenômenos quanto a frequência com que eventualmente possam acontecer. Se o recurso da tecnologia não pode evitar algumas tragédias, poderia, talvez, dar margem à elaboração de estratégias que teriam, nos deslocamentos humanos delas decorrentes, meios de minimizar os impactos causados por essa movimentação, contribuindo, assim, para minorar os danos, tanto para as vítimas quanto para as regiões afetadas.

---

<sup>10</sup> El Niño “é uma mudança no sistema oceano-atmosfera do Pacífico-Leste provocada pelo aumento anormal da temperatura da superfície da água do mar nessa região, seguindo mais ou menos a linha do Equador” (EFEITO EL NIÑO, [s.d.]).

De outro modo, Alier, em sua abordagem em *O ecologismo dos pobres*, além de ir ao encontro de Beck nas associações que faz entre pobreza e impacto de desastres ambientais, traz ao menos duas vertentes de contribuição para o debate que aqui se desenvolve. Uma da ordem migratória, quando, referindo-se ao nosso País, diz:

Vejamos o caso do Brasil. A extração mineral ganhou impulso para acompanhar a expansão da economia na China (que também busca recursos naturais na África). O resultado é um passivo ambiental que não pode ser desprezado. Desmatamento, deslocamento de população tradicional, aumento da demanda de geração de energia, rios assoreados, escorregamentos de vertentes, enfim, a lista de problemas ambientais decorrente da mineração predatória pode ser maior. (ALIER, 2014, p. 10).

Nessa ocasião, chega, inclusive, a citar o Movimento dos Atingidos por Barragens. Em outra vertente, temos a referência à história, quando diz que “a introdução da ecologia na história humana não naturaliza a história, porém, antes, dá historicidade à ecologia” (ALIER, 2014, p. 60). Esta questão perpassa suas análises até o final da obra, quando diz:

Em inúmeros contextos, os conflitos decorrentes do acesso aos recursos e serviços ambientais têm adotado discursos não especificamente ecológicos. Nesse particular, há muito para ser feito no campo dos estudos históricos voltados para colocar em evidência o conteúdo ecológico de conflitos sociais que não têm feito uso desse discurso. (ALIER, 2014, p. 334).

Dessa forma, as análises de Alier dão conta de um amplo leque de aspectos próprios do tema aqui tratado e que podem contribuir para as questões abordadas.

Novamente, com Yvette Veyret, temos, dentre as perspectivas que destacaríamos, aquela da indissociabilidade dos *riscos* ligados à “percepção de uma potencialidade de crise, de acidente ou de catástrofe” (VEYRET, 2015, p. 12), bem como, novamente, a histórica. Diz Veyret:

A análise histórica também permite compreender melhor as percepções e os diversos modos de aceitação do risco pelos diferentes atores ou pelos grupos sociais atuais por meio da variabilidade passada dessas percepções e da colocação em evidência dos mecanismos da “memória do risco e das catástrofes”. (VEYRET, 2014, p. 26).

Partindo dessas referências, se a ausência do estatuto legal que ampare os “refugiados ambientais” e seu não reconhecimento como tais, isto é, como



refugiados, são fundamentais no impedimento de sua inserção na vida social dos países para os quais se dirigem em busca de refúgio, tem-se um quadro que inviabiliza sua inserção social. Assim, os aspectos geográficos, históricos e políticos conjugam-se na exigência de análises que, considerando as peculiaridades que marcam as discussões acerca de mudanças climáticas e deslocamentos humanos, contemplem também aqueles deslocamentos que possam ocorrer entre países – deslocamentos transfronteiriços.

Dentro desse quadro, na análise de um contexto e mesmo de uma conjuntura específica, aqui relacionada à dinâmica do debate internacional sobre questões migratórias e ambientais, é que se pretende compreender o lugar que esse debate tem ocupado no Acnur, bem como os desdobramentos para os quais ele vem apontando.

A presente dissertação não pretende sistematizar todo o debate existente sobre a problemática dos deslocados ou refugiados ambientais no âmbito das agências da ONU, mas somente delinear a emergência histórica dessa problemática nas últimas décadas, as lutas por seu reconhecimento no âmbito internacional no Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados (Acnur), as disputas jurídicas, políticas e simbólicas em torno dessa categoria de “refugiado ambiental” e como o Acnur tem lidado com os limites e possibilidades de garantir direitos específicos àqueles que são forçados a deslocarem por razões de mudanças e desastres ambientais.

Diante desse caminho de mapeamento específico das lutas por reconhecimento dos deslocamentos humanos relativos a questões ambientais no âmbito do Acnur, a presente dissertação está estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo, abordaremos os contextos singulares que permitiram o surgimento de uma legislação internacional sobre os direitos dos refugiados no âmbito da ONU e processo de ampliação da categoria de refugiados ao longo da segunda metade do século XX e primeiras décadas do século XXI, bem como destacamos a emergência da luta pelo reconhecimento dos refugiados ambientais nas últimas décadas.

No segundo capítulo, centraremos em um mapeamento do debate a partir da análise dos documentos selecionados do sítio do Acnur (Refworld), sistematizando os tipos de documentos (informes e artigos de revista), o caráter descritivo,

normativo ou analítico destes textos e as posições do debate em torno do reconhecimento ou não da categoria de deslocados ou refugiados ambientais.

No terceiro e último capítulo, o foco será nos documentos que analisam as relações existentes entre deslocamentos internos e transnacionais no sentido de ampliação do debate sobre reconhecimento dos deslocados entre Estados Nacionais, uma vez que já existe um conjunto de normativas que amparam os deslocados dentro de um mesmo território nacional e que podem servir de referência para um reconhecimento de deslocados transnacionais, como os Princípios Orientadores dos deslocamentos Internos (*Principios rectores de los desplazamientos internos da ONU*). Nesse sentido, o capítulo se debruça sobre o Marco de Sendai e suas correlações com políticas de Defesa Civil e sobre a Iniciativa Nansen, ações recentes que apontam nessa direção de ampliação do reconhecimento jurídico dos deslocamentos forçados por razões ambientais para além dos limites dos Estados nacionais.

## **1 DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS AO DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE DESLOCADOS/REFUGIADOS AMBIENTAIS: CAMINHOS DO RECONHECIMENTO DO REFÚGIO PELO ACNUR**

Para entender o contexto em que se insere o debate acerca dos chamados “refugiados ambientais” na esfera do Acnur, é importante ter em conta aspectos relativos às áreas de atuação dessa agência da ONU, responsável pelas questões relacionadas a refugiados.

Dessa forma, a história do Acnur constitui-se, tanto como referência, uma vez que é a partir do documento que se vai constituir a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (ACNUR, 1951), quanto como base para a produção de outros documentos internacionais, como o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados (ONU, 1967)<sup>11</sup>, a Convenção da Unidade Africana (OUA, 1969)<sup>12</sup> e a Declaração de Cartagena (ONU, 1984)<sup>13</sup>.

Entretanto, é preciso considerar que se a esfera normativa constitui-se em referência para o entendimento de seu funcionamento, a posição do próprio Acnur dentro do sistema da ONU, bem como o diálogo institucional que tem com agências mais diretamente associadas a questões climáticas e migratórias, também é importante para que se possa entender tanto a ramificação de questões ligadas à imigração e mudanças climáticas quanto os limites, possibilidades e caminhos que a discussão dessas questões vem tomando no âmbito das Nações Unidas.

### **1.1 Refugiado, imigrante irregular e deslocado ambiental na perspectiva do Acnur**

O refugiado, no sentido conferido pelo Acnur, apresenta uma singularidade em relação às migrações vistas como irregulares ou ilegais, isto é, aquelas mais associadas à busca por trabalho e renda que possam ser melhores que aquelas auferidas em seus países de origem. Neste caso, a produção da ilegalidade diante

---

<sup>11</sup> Que retira a restrição geográfica e temporal acerca de quem poderia ser considerado refugiado conforme estava no Estatuto de 1951

<sup>12</sup> Que ressalta a consideração de “Acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública”, como elemento a se considerar na concessão de refúgio (ACNUR, 2009).

<sup>13</sup> No destaque que dá a “violação massiva dos direitos humanos e aos conflitos internos” (ACNUR, 2009).

do Estado receptor deste imigrante tende a ser um risco para sua permanência no país.

No que diz respeito ao refugiado, o reconhecimento da situação de refúgio é de primordial importância para que ele possa ser acolhido e faça jus aos direitos que o amparam. Um imigrante, seja qual for sua motivação, ao entrar sem documentação regular ou com outra motivação maior que aquela do refugiado, teme ser identificado pelos agentes do Estado, pois estará sujeito a sanções legais. Afora isso, como “imigrante ilegal”, essa pessoa pode também vir a se sujeitar a uma vida à margem de serviços básicos (como saúde, educação e moradia), sem contar as situações de subemprego ou trabalho escravo que aparecem como reais possibilidades para aqueles que conseguem escapar aos controles da migração.

O solicitante de refúgio, por sua vez, evita a clandestinidade, pois será por meio do seu reconhecimento como refugiado que advirá sua segurança, tendo em vista que ele talvez não tenha encontrado segurança em seu país de origem ou em outro do qual também tenha nacionalidade (o que não quer dizer que alguns refugiados entrem em certos países de maneira clandestina). O mesmo vale para aqueles que, das formas mais diversas, solicitam refúgio ou asilo<sup>14</sup> (ARAUJO; ALMEIDA, 2001, p. 27) político a outro país, indo a uma embaixada, por exemplo. Esses aspectos, se marcadamente normativos, não dão conta das disputas que envolvem tais *status*. Segundo análise de Fassin (2015, p. 286), a oportunidade de observar a situação do imigrante, ou mesmo de um refugiado, também pode revelar aquilo que tem sido chamado de “hierarquia moral” (ARAUJO; ALMEIDA, 2001, p. 296). Cabe, nesse contexto, lembrar o *princípio do non-refoulement*, “segundo o qual o solicitante de refúgio não poderá ser encaminhado a um país onde o mesmo possa sofrer, ou já sofre, uma perseguição ameaçadora ou violadora de seus direitos” (ARAUJO; ALMEIDA, 2001, p. 179). Isso constitui mais um elemento que o diferencia de outros tipos de imigrantes. Certos tipos de imigrantes podem ser extraditados, deportados ou mesmo expulsos, conforme o contexto no qual se insira no país que o acolheu (ARAUJO; ALMEIDA, 2001, p. 177).

O deslocamento forçado associado a uma questão ambiental, por sua vez, quando realizado no âmbito interno de um país, pode vir a se enquadrar entre os

---

<sup>14</sup> O *refúgio* [...] é medida essencialmente humanitária, enquanto o *asilo* é medida essencialmente política. [...] Para o *refúgio* basta o fundado temor de perseguição, enquanto para o *asilo* há a necessidade de efetiva perseguição (ARAUJO; ALMEIDA, 2001, p. 27).

*Princípios Orientadores dos deslocados internos (Principio rectores de los desplazamientos internos)* (ONU, 1998). Entretanto, quando as migrações forçadas transpõem a fronteira de seu país já não tem um instrumento legal que as contemple. Em uma situação como essa, se a pessoa ou um grupo evocar um desastre ambiental como meio para legitimar sua presença num país que não o seu, procurando excluir-se daquilo que seria considerado “imigração ilegal”, o país de acolhida vê-se numa situação em que, por sua parte, ao menos no tocante aos instrumentos internacionais comumente associados a processos migratórios, não teria como enquadrar essa pessoa ou grupo na categoria “refugiado”.

No contexto até aqui apresentado, o reconhecimento do refúgio como um direito humano que assiste a toda pessoa cuja vida corre risco em decorrência da perseguição de terceiros, além de ter alcançado reconhecimento político e jurídico internacional, conforme a *Convenção relativa ao estatuto dos refugiados* (ACNUR, 1951) ou o *Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados* de 1967 (ACNUR, [s.d.]), dentre outros instrumentos jurídicos relacionados ao Acnur, também permite a elaboração de políticas públicas e mesmo de inserção social que tenham na figura do refugiado o seu foco. De outra forma, o “deslocamento internacional associado a desastres ambientais”, por sua vez, por não contar com o mesmo *status* daquele conferido ao refugiado amparado pela Convenção de 1951, aponta para uma fronteira que envolve mais do que conceitos, uma vez que o direito à vida é elemento chave para a concessão de “acolhida”, ainda que provisória.

A consideração de um estatuto ou outra forma que contemple o reconhecimento do direito de permanência em um país distinto daquele de origem de quem o solicita exige assim, uma discussão de reconhecimento de ações já em curso na esfera de agências das Nações Unidas, como o Acnur. Dessa maneira, poderá fazer frente ao pedido de uma pessoa ou grupo que, fugindo de uma catástrofe de ordem natural (como um tsunami ou uma forte seca), busca em outro país, mais do que acolhida – busca meios de sobreviver.

A partir do que foi apresentado sobre a indefinição que cerca a expressão do deslocamento forçoso para um país estrangeiro, é importante deixar claro que, se para aquelas pessoas que se deslocam forçosamente dentro de seu próprio país, existe o termo de “deslocados internos”, está no cerne do debate em questão a inexistência de uma expressão que possa caracterizar aquele que, por estar numa

posição limítrofe a outro país, se desloca para ele por ocasião de um desastre de ordem ambiental.

Não se trata, afinal, de uma simples “discussão terminológica”, mas de um debate que, transpondo esses aspectos, tem como referência aqueles que reivindicam o termo “refugiado ambiental”. Da mesma forma, discute-se a recusa institucional ao seu uso e à determinação de esferas de poder e legitimidade, em que aspectos ambientais conjugam-se em esferas políticas, jurídicas e sociais.

O dissenso acerca das disputas em torno das expressões “refugiados ambientais” e “deslocados ambientais” traz consigo implicações que, se por um lado podem parecer algo mais técnico (tais como aquelas que vão questionar a existência de um nexo causal entre um desastre ambiental e determinado fluxo migratório), por outro não deixa de expressar também um jogo de poderes diretamente associado a questões migratórias debatidas no âmbito das Nações Unidas.

Se organizações não governamentais (ONGs) e ambientalistas podem encontrar no uso do termo “refugiados ambientais” algo mais do que apropriado, as justificativas dadas pelo Acnur para seu não reconhecimento não implica uma recusa ao atendimento dos deslocamentos decorrentes de mudanças climáticas, por exemplo, mas aponta para os limites normativos que o regulam.

As disputas políticas, jurídicas e semânticas atuais em torno do conceito de “refugiados ambientais” ou “deslocados ambientais” só podem ser compreendidas se pensarmos no próprio processo histórico de reconhecimento internacional do estatuto dos refugiados na segunda metade do século XX.

O conceito jurídico de refugiado não é um termo dado, natural e estático. Refugiado é uma categoria histórica, dinâmica, marcada por tempos históricos e espaços geográficos específicos. Neste sentido, é importante pensarmos o termo “refugiado” associado ao próprio sistema político internacional que se estrutura no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial. Essa categoria passa a ser reconhecida na instância internacional, na ONU e por diferentes Estados nacionais em suas legislações específicas. Trata-se de uma categoria em aberto, que passou por redefinições importantes no século XX, ampliando seu significado, sua abrangência geográfica e suas normativas de reconhecimento.

## 1.2 Constituição e redefinições do estatuto internacional/nacional dos refugiados

A constituição do Acnur<sup>15</sup>, em 14 de dezembro de 1950 (BREVE HISTÓRICO DA ACNUR, [s.d.]), dá-se como uma consolidação de esforços das Nações Unidas com vistas à criação de condições para a proteção e assistência a vítimas de perseguição, violência e intolerância de toda ordem.

Em 1946, a Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu os seguintes princípios, próprios da condição de refugiado:

1. o problema dos refugiados tem alcance e caráter internacionais;
2. não se deve obrigar o regresso ao país de origem aos refugiados que expressarem objeções válidas ao retorno;
3. um órgão internacional deve ocupar-se do futuro dos refugiados e pessoas deslocadas;
4. tarefa principal consiste em estimular o pronto retorno dos refugiados a seus países e ajudá-los por todos os meios possíveis. (BARRETO, 2010, p. 14).

Esses elementos seriam reforçados pela Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), na referência à não perseguição por motivos religiosos ou políticos, e pelo Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), aprovado em 1951 como um instrumento legal para dar conta do grande deslocamento de pessoas em virtude, ainda, dos impactos da Segunda Guerra Mundial.

O conceito de refúgio então estabelecido, no entanto, só contemplava as pessoas deslocadas dos países nos quais tinham domicílio, em decorrência dos fatos acontecidos na Europa até aquela data. Isso deixava milhares de pessoas fora de sua abrangência, além de que nessa época havia um conceito de que a “lógica da proteção universal compete com a lógica da soberania nacional” (FASSIN, 2015).

Seriam necessários mais dezesseis anos para que tal situação fosse mudada, com a elaboração do Protocolo de 1967 (ONU, 1967), relativo ao *Estatuto dos Refugiados*. Nesse momento, um documento legal contemplou, então, todas as pessoas que se deslocavam em razão de perseguições por parte de seu Estado de origem, e não somente daquelas originárias da Europa, conforme estabelecia o Estatuto de 1951 (ACNUR, 1951).

---

<sup>15</sup> No Anexo A, mais referências ao Acnur e outras agências da ONU relacionadas ao tema desta dissertação.

Das guerras de independência na África, nos anos 1960, aos conflitos do Oriente Médio (como a Guerra dos Seis Dias entre Israel e países árabes)<sup>16</sup> há um momento histórico e político no qual precisamos situar a assinatura desse Protocolo de 1967, que retira a cláusula de território e temporalidade que marcavam o Estatuto dos Refugiados, na medida em que não serão mais considerados refugiados somente pessoas deslocadas no continente europeu a até 1951. Tem-se, a partir daí uma ampliação do conceito de refugiado, que viria a fazer frente ao novo contexto das relações internacionais. A “Convenção da Organização da Unidade Africana (OUA), aprovada em 10 de setembro de 1969 entrando em vigor em 20 de junho de 1974” traz como novo elemento, a consideração de “acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública”, como quesito a se considerar na concessão do status de refugiado, conforme pode se observar no seu artigo 1, inciso 2:

2. O termo “refugiado” aplicar-se-á também a toda pessoa que, por causa de uma agressão exterior, uma ocupação ou uma dominação estrangeira, ou de acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública em uma parte ou na totalidade de seu país de origem, ou de país de sua nacionalidade, está obrigada a abandonar sua residência habitual para buscar refúgio em outro lugar fora do seu país de origem ou do país de sua nacionalidade (ARAÚJO, ALMEIDA, 2001, p. 161-162).

A extensão do conceito de refúgio apresenta-se, ao longo da história, marcada pelas transformações políticas internacionais e pelos conflitos associados a essas mesmas transformações. Tal fato, entretanto, não é observado por elementos associados a questões ambientais, ainda que a incorporação de seu debate comece a apontar para a concepção de refúgio como uma categoria em aberto.

A Declaração de Cartagena (ONU, 1984), por sua vez, tem como um de seus aspectos mais significativos o que viria a ser caracterizado como “definição ampliada do conceito de refugiado”, em virtude de abordar um leque maior de situações, o que também já se fazia presente na Convenção da Organização da Unidade Africana, de 1969 (OUA, 1969).

Vale destacar ainda que os conflitos como aqueles associados à Revolução Sandinista na Nicarágua, em meados dos anos de 1980 e à Guerra Civil em El

---

<sup>16</sup> No contexto da questão palestina, em 1967, “entre 5 e 10 de junho de 1967, Israel enfrentou simultaneamente os exércitos do Egito, Síria e Jordânia. E impôs a todos uma derrota fulminante no conflito conhecido como a Guerra dos Seis Dias” (OS SEIS DIAS QUE..., 2017).



Salvador, eventos que ante o número de refugiados que gerou, está entre os elementos que se conjugaram para a redação dessa Declaração.

Reconhecendo que a situação centro-americana, no que se refere aos refugiados, evoluiu muito nesses últimos anos de tal forma que adquiriu novas dimensões que requerem uma especial consideração. (ONU, 1984).

A partir daí, pode-se observar como, à mercê do papel central ocupado pelo Acnur, certa dinâmica das relações internacionais, indissociável do contexto histórico em que se inserem, tem gerado instrumentos jurídicos que, assim como atendem a aspectos normativos necessários à sua aplicação, também vão ao encontro das especificidades locais que lhe dão origem. Aqui, ainda se pode acrescentar certa especificidade, como se observa em seu Terceiro item:

Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países *porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.* (ONU, 1984, grifos nossos).

No trecho em destaque estão dois dos aspectos que podem ser considerados aquilo que vem sendo chamado de “visão ampliada da noção de refugiado”, na medida em que se inserem as questões dos direitos humanos e a noção de “circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública”, como elementos que vão além daqueles originariamente estabelecidos pelo *Estatuto dos refugiados* de 1951.

A partir dessas referências, pode-se observar que o *Estatuto dos Refugiados* (1951), o *Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados* (1967), a *Convenção da Organização da Unidade Africana* (OUA) – que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados na África (OEA, 1969) – e a “Declaração de Cartagena” (ONU, 1984) constituem-se como referências acerca das formas pelas quais o conceito de refugiado veio a ser tratado desde a criação dessa Agência.

Ao longo de seus 60 anos, o Acnur vem se defrontando com os mais diversos tipos de situação ao redor do mundo. Entretanto, a principal motivação para sua atuação são os refugiados que podem estar sob a guarda do *Estatuto* que regula sua acolhida. Dessa forma, não é estranho observar que no livro *A situação dos*

*refugiados no mundo* (ACNUR, 2000) não haja referência à solicitação de refúgio relacionada à questão ambiental. As menções a impactos ambientais existentes estão relacionadas à ideia de derrubada de mata em busca de lenha, em áreas próximas aos campos de refugiados montados em contextos emergenciais (ACNUR, 2000, p. 112).

É importante lembrar ainda que, ao longo de seus primeiros quarenta anos, tivemos como pano de fundo o período conhecido como Guerra Fria, em que a tensão entre os blocos soviético e norte-americano pautava as relações internacionais nas mais diversas esferas, inclusive interferindo tanto nos recursos em que as “grandes potências” destinavam ao Acnur quanto na forma como encaravam o papel dessa agência.

A associação da concessão de refúgio ao reconhecimento da existência de um conflito num determinado país tinha – como de resto ainda hoje tem, embora sem o espectro do conflito bipolar de então – uma dimensão política de ordem internacional. Isso torna o estatuto do refúgio algo em que as observações das questões humanitárias perpassam elementos políticos e a consideração da “internalização dos tratados internacionais” (ARAÚJO; ALMEIDA, 2001). É preciso compreender como as decisões tomadas no âmbito das Nações Unidas, aqui em análise, são acolhidas pelos países membros. Tal recepção, analisada por Nádia de Araújo em artigo no livro *O direito internacional dos refugiados* (ARAÚJO; ALMEIDA, 2001), explica, a partir do caso brasileiro, como o diálogo Nações Unidas/Acnur–Brasil ocorre, por exemplo, em aspectos como a diferença das datas em que os tratados são firmados globalmente e as datas em que entram em vigor no sistema jurídico brasileiro.

### **1.3 O Brasil, o Acnur e a OIM ante as novas perspectivas de refúgio**

No ano de 1960, o Brasil aderiu à *Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados*, aprovada em 1951. Deve-se ter em vista o contexto de transformações políticas pelas quais passava o País no início da década de sessenta. Nesse período de intensas mudanças e instabilidades políticas, enquanto algumas pessoas buscaram o Brasil para obter segurança, muitas outras deixaram o País, justamente na qualidade de refugiados. Aqui é necessário ressaltar o papel da Caritas Arquidiocesana de São Paulo e da Caritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro que, a

partir de 1975, no auge desse período de exceção, acolheram muitos estrangeiros que buscavam refúgio no Brasil (BARRETO, 2010).

Com o processo de redemocratização, a partir de meados dos anos 1980, o Brasil viria a ter uma presença mais atuante em relação aos refugiados, sendo expressão disso o aparato legislativo então criado. Essa situação resultaria, na década seguinte, na criação do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), com a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997 (BRASIL, 1997). Trata-se de um órgão misto (público-privado) no qual têm assento o Acnur, a sociedade civil por meio das Caritas Arquidiocesanas de São Paulo e do Rio de Janeiro e cujo regimento, aprovado pelo Ministério da Justiça, faz dele uma Comissão para questões relativas à concessão ou não de refúgio no Brasil.

Se o Conare é criado para ser o “órgão responsável por analisar os pedidos e declarar o reconhecimento, em primeira instância, dar condição de refugiado, bem como por orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados” (BRASIL, [s.d.a]), tem como escopo de sua atuação, instrumentos legais dos quais o Brasil se faz consignatário, onde a Convenção Internacional sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951 e o Protocolo de 1967, estão dentre as principais referências. Assim, se a Convenção de 1951 coloca o país em consonância com a legislação internacional acerca dos procedimentos para a concessão de refúgio, dentre os quais o de *non-refoulement*, isto é, de não devolver ao país de origem, alguém que foge de uma situação apontada como de conflito, sua adesão ao Protocolo de 1967, se consubstancia numa atualização que lhe apresenta como afinado a dinâmica da política internacional acerca das tratativas para com refugiados.

A postura do Brasil, no que diz respeito aos refugiados, além de ter avançado formalmente com a criação do Conare, veio se destacando no contexto regional da América Latina com a defesa da tese de que “os assuntos migratórios [deveriam ser] tratados de maneira absolutamente vinculada aos direitos humanos”. Nesse sentido, “nenhum país está livre de responder diante da comunidade internacional por violações dos direitos dos migrantes” (BARRETO, 2010, p. 20).

Essa tese está em consonância com a ideia “da transnacionalidade dos direitos humanos” (BARRETO, 2010, p. 20) que, buscando desvincular as questões relativas às migrações daquelas tratadas pelo Direito Penal, aponta para uma das perspectivas para se tratar os “refugiados ambientais”, que tem no aspecto

humanitário o seu escopo. Nesta perspectiva está a consideração das condições de vida e dignidade das pessoas que se enquadram nessa categoria, "sem futuro e sem possibilidades de sobreviver em seus lugares de origem" (GUBBIOTTI apud MILAN, 2009).

A partir dessas referências, em que se considera o ser humano como centro da questão dos refugiados, pode-se questionar o porquê da inexistência de uma política internacional relacionada às pessoas que se deslocam motivadas por questões de ordem ambiental, ao menos nos moldes correspondentes ao aplicado pelo Acnur. Assim, se já existe toda uma política voltada para a observação de assuntos relativos ao refúgio nas Nações Unidas e às estratégias de caracterização da pessoa deslocada em virtude de uma questão ambiental, poderiam também ser desenvolvidas políticas que fizessem frente ao deslocamento humano forçado por desastres ambientais.

Nesse campo de luta que dificulta o reconhecimento do deslocado ambiental como refugiado, outras agências da ONU expressam, a partir de sua área de atuação, a porosidade que marca a fronteira entre áreas (como o meio ambiente, a cultura e a política) quando se observa a presença de questões climáticas em sítios como o do *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente* (Pnuma), a *Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura* (Unesco) e a Organização Internacional para Migrações (OIM). Estas organizações atuam tanto por meio de ações de educação e pesquisa (INSTITUTO BRASIL PNUMA, 2011) quando pela promoção de debates acerca de temas como mudanças climáticas.

As discussões e debates travados no âmbito das Nações Unidas constituem-se em forte subsídio para as decisões políticas tomadas pelos países membros, inclusive aquelas relativas à não participação, conforme se pode observar pelo descompasso na ratificação do Protocolo de Quioto – relativo às mudanças climáticas –, uma vez que nunca foi assinado<sup>17</sup> pelos EUA, mas que, apesar disso, ganhou proporção e virou lei graças à assinatura da Rússia, uma vez que para tal seria necessária sua ratificação pelas “nações responsáveis por 55% das emissões globais” (RÚSSIA APROVA RATIFICAÇÃO..., 2004; RÚSSIA DIZ SIM..., 2004).

Diante dos interesses e forças das grandes potências políticas e econômicas mundiais – como os EUA e a Rússia – a Organização Internacional para Migração,

---

<sup>17</sup> Sobre a distinção entre termos tais como “assinatura, ratificação etc.”, ver Araújo e Almeida (2001, p. 65). Em relação à não ratificação, ver Protocolo de Quioto (2012).

com sede em Genebra (Suíça), insere-se nesse quadro como um elemento que, no âmbito de sua constituição, chegou a fazer referências a deslocamentos humanos transfronteiriços associados a questões ambientais. Tendo sua formação se dado em 1950, a interface com outras agências da ONU pode ser observada na própria apresentação da OIM, ao dizer que “dedica-se à promoção de uma migração humana e ordenada para o benefício de todas e todos, fornecendo assistência e assessoramento a governos e migrantes” (OIM, [s.d.]). Essa referência, entretanto, permite a consideração da OIM na elaboração de ferramentas para uma política relativa aos refugiados ambientais, e não deixa de ser mais uma contribuição para o debate além do efetivo reconhecimento em âmbito jurídico internacional.

O Brasil, como membro da OIM, tem, assim como no Acnur, meios de se posicionar no fórum das Nações Unidas sobre o tema. As dimensões de suas fronteiras terrestres, bem como suas dimensões continentais, dentro das quais há catástrofes e obras de grande impacto ambiental (que também não são estranhas), conferem-lhe um papel significativo quando se tem em conta sua política relativa aos direitos humanos ou mesmo ao refúgio com o Acnur.

#### **1.4 A emergência da problemática dos “refugiados/deslocados ambientais”**

Se as mudanças ocorridas no *Estatuto dos refugiados* (ACNUR, 1951) expressam as transformações sociais e políticas ocorridas nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, momento em que muitos países conquistaram suas independências, essas mudanças ainda não contemplavam o debate sobre os refugiados ambientais.

Desse modo, se o debate sobre refugiados ambientais não estava presente nas agendas públicas que produziram a *Convenção relativa ao estatuto dos refugiados* (ACNUR, 1951), o *Protocolo de 1967 sobre o estatuto dos refugiados* (ONU, 1967) ou a *Declaração de Cartagena* (ONU, 1984), o debate ambiental, por outro lado, tem como um de seus marcos a *Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente* (ONU, 1972) um de seus marcos. Isso viria, gradativamente, e em particular a partir de 1992, a se inserir em um debate que transporia a área ambiental, em que a questão migratória, associada a desastres ambientais, constituiria um dos campos de sua confluência com a *Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento* (ONU, 1992).

Considerando, então, que a definição tradicional de refúgio não se aplica aos chamados deslocados ambientais, entender os elementos desse debate, bem como os sentidos atribuídos ao termo ambiental, traz uma dimensão das intenções e objetivos no seu uso, que cabe aqui apontar.

O entendimento desses limites pede que se leve em conta que sentidos estão associados tanto às dimensões políticas, como às teóricas. No que diz respeito às questões políticas, as ONGs – conforme se poderá observar mais adiante – têm se apresentado por meio de suas ações pela mídia, assim como por entidades globais que vêm reclamando a necessidade de reconhecimento e elaboração de ações que contemplem os deslocamentos humanos associados à problemática ambiental. Tal fato aponta para a limitação do termo “refugiado” ou, mais apropriadamente, para sua inadequação, uma vez que não se aplica àqueles derivados de problemas relacionados ao meio ambiente.

Nesse quadro, a perspectiva política tem apontado – no que diz respeito às Nações Unidas – uma questão em que a eventual ação conjunta de agências (como Pnuma, OIM, Fundo de População das Nações Unidas (FPNU) e Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR) é um campo no qual os Estados ligados à ONU acabam, de algum modo, se envolvendo. Vale lembrar que a relação do Pnuma com elementos relacionados ao meio ambiente, da OIM com deslocamentos migratórios internacionais, do FPNU com assuntos relativos às populações mundiais e da UNISDR com a gestão de riscos e desastres constitui-se, aqui, apenas referências, pois a abrangência das questões relacionadas aos deslocamentos massivos em decorrência de questões climáticas abarca, das formas mais diversas, outras instâncias da ONU ou que contribuem para o trabalho de suas agências.

Os representantes de países com assento nas Nações Unidas, além dos fóruns supracitados, também se organizam de forma regional, buscando soluções para problemas associados às questões climáticas. Esse fato pode ser observado na Aliança dos Pequenos Estados Insulares (APEI) ou no Fórum da Ilhas do Pacífico (FIP), em que países que se veem afetados pela elevação do nível do mar, por exemplo, articulam-se com vistas a tomadas de decisões políticas, econômicas e sociais para o atendimento a questões mais imediatas que aflijam suas populações (BIANCO, 2009).

Não se pode deixar de considerar, também, o papel da própria Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual a discussão acerca dessas questões se tem feito presente. Tal observação deve-se à compreensão de que é na Assembleia Geral que também se centra a atenção ao debate sobre mudanças climáticas e imigração.

A essa esfera governamental devem somar-se as ONGs. Aqui, instituições como a Christian Aid (EUA), OXFAM (UK), Fundação para a Justiça Ambiental (Reino Unido), Legambiente (Itália), Greenpeace (Holanda) e World Wild Fund for Nature – WWF (Suíça) estão entre as que mais buscam inserir a questão dos refugiados ambientais na pauta das discussões climáticas, chamando atenção aos temas relacionados às mudanças aí debatidas, às situações das vítimas das mudanças ocorridas, particularmente as que vivem em áreas insulares.

O quadro aqui demonstrado permite observar que se ainda não existe um ordenamento político, jurídico e social especificamente relacionado ao “refugiado ambiental” ou ao “deslocado ambiental”, discussões relativas aos deslocamentos humanos associados a questões ambientais já estão presentes na ordem do dia da agenda das Nações Unidas, conforme temos abaixo:

Um relatório da IOM e do UNFPA (Seminário de Expertos: Migración y Medio Ambiente. Diálogo internacional sobre la migración, 2008) distingue entre as pessoas que migram movidas por questões ambientais a fim de “prevenir o pior” (em situações de falta de investimentos e políticas públicas de prevenção), a fim de “evitar o pior” (em situações em que os meios de sustento estão já comprometidos) e a fim de “fugir do pior” (em situações de devastações imediatas que não apenas afetam os meios de sustento, mas que colocam em risco a própria vida). (BIANCO, 2009, p. 2).

A associação das migrações por questões ambientais, pela OIM e pela UNFPA, aponta, de certa forma, para o que vem sendo o locus privilegiado das discussões acerca dessa temática, na medida em que dizem respeito a ações diretamente relacionadas a essas agências da ONU. Em um contexto como esse, os movimentos migratórios, sejam internos ou externos a um país, assim como flagelos decorrentes de secas prolongadas ou ciclones tropicais, por exemplo, conjugam-se por vezes em uma equação que tem no desterro de milhares de pessoas seu denominador comum, assim como um elemento de aproximação relativo ao foco dessas agências. Essa reunião de forças na abordagem de uma questão comum por parte de agências como a OIM e o Pnuma não deixa de expressar, no entanto, o

descompasso entre o debate que promovem e a percepção dos impactos ambientais entre países associados à ONU.

Como exemplo disso, temos a constituição da Aliança dos Pequenos Estados Insulares (BIANCO, 2009, p. 4), que é a união de 43 Estados insulares da África, Caribe, Oceano Índico, Mediterrâneo e do Mar da China Meridional, cujo pleito de uma ação efetiva das Nações Unidas em relação às questões climáticas e migratórias é uma de suas reivindicações, tendo em vista, conforme observa Bianco (2009, p. 4), que “as vítimas das consequências do aquecimento [global] são uma categoria de migrantes ainda desconhecida”.

Este debate acerca do refugiado ambiental, além das instituições aqui apresentadas, vem também mobilizando pensadores como Edgar Morin, que,

numa palestra no Rio de Janeiro, ressaltou a necessidade da existência de poderes supranacionais e disse ainda que a ONU deveria criar uma declaração de interdependência planetária fazendo alusão à ausência de barreiras geográficas para os impactos da degradação ambiental e de outras crises que assolam o planeta. (BIANCO, 2009, p. 12).

Ao falar de uma “interdependência planetária” Morin (apud BIANCO, 2009) permite que se vislumbre uma relação entre os povos e os países que habitam que transcende em muito as fronteiras nacionais, indo, assim, ao encontro da observação de Gloria Bigne, diretora da ONG Intermón Oxfam, da Espanha. Esta, por sua vez, diz que “não há fronteiras para o aquecimento global” (BIGNE apud BIANCO, 2009, p. 30). A consonância dessas vozes, se não for o que poderíamos chamar de “a expressão de um discurso único voltado especificamente para o reconhecimento do *status do* refugiado ambiental”, faz eco ao reclamo de ativistas políticos que, a despeito de seu envolvimento com a temática ecológica, veem na dimensão global os assuntos a ela relacionados. Além disso, reconhecem as responsabilidades e os papéis que a cada um cabe observar, seja um agente governamental ou não.

O modelo de desenvolvimento econômico pretendido, em que o padrão e a forma de consumo constituem um de seus elementos, soma-se ao discurso da “sustentabilidade”, termo que, associado ao “desenvolvimento”, pretende apontar para a perspectiva de uma economia não predatória. Diante do avanço do desmatamento na Amazônia legal, bem como no Cerrado do Centro-Oeste



brasileiro, pode-se, então, questionar a validade de tal conceito, assim como a maleabilidade em seu uso.

As nuances que podem servir para a utilização de determinado conceito, além das implicações políticas a que podem estar associadas, expressam de outro modo certa dificuldade encontrada para a determinação de seu efetivo significado. Tal observação aplica-se a uma questão que tem sido de valor capital no debate sobre o reconhecimento dessa categoria de deslocamento humano forçado. Isto é, o nexo causal entre fenômenos ambientais – como o aquecimento global ou uma seca – e determinado deslocamento humano.

A constatação desse problema foi observada por Bianco (2009) ao dizer que a “dificuldade reside em parte no estabelecimento de uma ligação direta e exclusiva entre o fenômeno climático e a migração frente a dados exíguos e a conclusões de pesquisas confiáveis”<sup>18</sup> (BIANCO, 2009, p. 4, tradução nossa).

Os esforços da comunidade científica, tendo como objetivo estabelecer “a natureza antropogênica [da mudança climática] para mitigar o impacto da atividade humana” (BIANCO, 2009, p. 4, tradução nossa)<sup>19</sup>, apresentam-se como uma das ações que podem vir a contribuir para esse debate. Isso porque a comprovação dessa relação causal entre o impacto humano e as mudanças climáticas possibilita que os governos sejam cobrados por suas posturas, no que diz respeito tanto ao meio ambiente quanto às questões dos direitos humanos. Tal situação permite considerar a responsabilidade que caberia a cada um ante as migrações ocorridas em decorrência de questões ambientais.

O deslocado ambiental, se não logra ser reconhecido como refugiado pelas Nações Unidas, não tem, entretanto, o debate acerca de sua situação como algo que lhe seja estranho. De acordo com Jean-François Durieux (diretor do Instituto Internacional de Direito Humanitário, San Remo, Itália), o tema “segue sendo um tabu. Tanto os países de origem como os de acolhida são reticentes, inclusive hostis a abrir o debate. Em particular porque não existem previsões do número de pessoas que serão afetadas” (DURIEUX apud BIANCO, 2009, p. 26-27, tradução nossa).

Conforme observa o próprio Durieux:

---

<sup>18</sup> “La difficoltà risiede in parte nello stabilire un legame diretto ed esclusivo tra il fenomeno climatico e la migrazione a causa dell'esiguità di dati e conclusioni di ricerche affidabili.”

<sup>19</sup> “La difficoltà risiede in parte nello stabilire un legame diretto ed esclusivo tra il fenomeno climatico e la migrazione a causa dell'esiguità di dati e conclusioni di ricerche affidabili, incluso hostiles, a abrir el debate porque no existen previsiones del número de personas que se verán afectadas.”

A reflexão deve partir da impossibilidade para esses deslocados de voltarem à sua região de origem em virtude da degradação de seu *habitat* e trabalhar nos países de acolhida para que não sejam considerados imigrantes ilegais, permitindo que se estabeleçam. (DURIEUX apud BIANCO, 2009, p. 27, tradução nossa).

Tal postura permite vislumbrar, no debate sobre esse tema, a necessidade de um entendimento do deslocado ambiental num contexto internacional, em que o elemento humano apresenta-se como seu aspecto central na medida em que ele, se pode causar ou contribuir para a ocorrência de catástrofes ambientais de caráter global, também pode ser vítima delas. Esse enquadramento ou reconhecimento, como talvez seja mais apropriado dizer, apesar de não passar necessariamente por sua inclusão como um refugiado nos moldes acolhidos pelo Acnur, não deixa de ter por parte dele uma particular atenção, pois, além da *expertise* no trabalho feito (desde o transporte, passando pela acolhida e proteção de refugiados no que pode contribuir para o atendimento a pessoas que se deslocam de um país para outro por questões ambientais), o Acnur tem se constituído em fórum de discussão desse tema.

Ainda no contexto desse debate, François Gemenne (BIANCO, 2009, p. 4), do Centro de Estudos Étnicos e da Migração da Universidade de Liège (Bélgica), ao propor o uso do termo “deslocado ambiental” (BIANCO, 2009, p. 4) aponta para a temporalidade como uma característica que tornaria menos tensa a recepção das pessoas nessa situação, uma vez que a perspectiva de retorno ao local de origem ao qual estariam associadas representaria um impacto menor ao país de acolhida, diferente do que ocorre no caso do refugiado em seu sentido corrente. Trata-se, portanto, de um termo carregado de consequências políticas, tendo em vista a “transitoriedade do deslocamento” como uma “espécie de mitigação de impacto migratório”. Essa abordagem, entretanto, não logra ser consensual, pois o termo “deslocado” dá margens para sua associação à figura das “personas desplazadas internamente (PDI)”, que já têm um *status* para seu acolhimento pelo Acnur, o que poderia fazer com que países não atingidos por esses deslocamentos internos não se sentissem responsáveis por eles, ainda que fronteiriços. Aqui se tem outro aspecto de relevante importância no que diz respeito aos deslocamentos humanos associados às questões ambientais. De acordo com Gubbiotti, “a maioria dos ‘refugiados ambientais’ só pode viajar aos países circundantes, o que agrava a

situação das nações pobres”<sup>20</sup> (GUBBIOTTI apud BIANCO, 2009, p. 4). Tem-se aqui uma das características que tendem a diferenciar o deslocado ambiental do refugiado, pois se o primeiro dificilmente consegue ir para longe de seu país de origem, para o segundo, por vezes, isso pode ser o mais aconselhável, tendo em vista os riscos de perseguição aos quais pode estar sujeito. Daí não ser raro que muitas das pessoas que buscam refúgio atravessem continentes em busca de um local onde sua vida seja assegurada.

Diante dos caminhos e abordagens apresentados, se uma definição se faz necessária, “os princípios diretores relativos ao deslocamento de pessoas no interior de seu próprio país”<sup>21</sup> (OCHA, [s.d.]) poderiam servir como referência para tal. Conforme entrevista de Jane McAdam, diretora do Projeto de Direito Internacional Migratório e de Refugiados no Centro de Direito Público Gilbert & Tobin da Universidade de Nova Gales do Sul, na Austrália, tais princípios, ao considerarem que a maior parte do que chamaríamos de refugiados ambientais fica dentro de seus próprios países, poderiam contribuir tanto para uma legalização da situação das populações deslocadas a partir dos instrumentos de que já dispõem quanto para dar elementos similares para a conformação de ações conjuntas junto a países fronteiriços nas ocasiões em que isso se fizesse necessário (GUAREXICK, 2011).

Embora os deslocados ambientais não contem com o que poderíamos chamar de uma vitória no que diz respeito ao reconhecimento propriamente dito, já não passa despercebido o debate que o assunto provoca, nem as tragédias ambientais e de ordem natural como as ocorridas mais recentemente no Haiti e no Chifre da África, em países como a Somália. De outro modo, antes de apontar órgãos, lideranças ou governos que poderiam ter se manifestado contra o reconhecimento desse tipo de refugiado, as questões aqui observadas apontam para um conceito em disputa. Se, por um lado, o Acnur não reconhece o uso do termo “refugiado”, por outro não deixa de discuti-lo e até mesmo contribuir em ações efetivas em favor de vítimas de deslocamentos por questões ambientais. A sociedade civil, representada por ONGs ou mesmo pela imprensa, não deixa, por sua vez, de usar o termo rejeitado pelo Acnur.

---

<sup>20</sup> “La mayoría de los refugiados ambientales solo pueden viajar a países circundantes, lo que agrava la situación de las naciones pobres.”

<sup>21</sup> “Les principes directeurs relatifs au déplacement de personnes à l’intérieur de leur propre pays.”

Se as ONGs já vêm se fazendo presentes nesse debate, junto à mobilização da ONU e de agências como as citadas anteriormente, pode-se destacar também o papel da OIM no tocante a esse tema, pois, além de contemplar a mitigação dos fatores relacionados à migração em suas ações, tem na consideração dos fatores climáticos uma de suas referências, conforme expresso em uma de suas publicações:

O movimento de pessoas como resultado de mudanças no meio ambiente não é um fenômeno novo. As pessoas têm se mudado há séculos em reação a alterações em seu ambiente, muitas vezes sazonalmente. Para os povos nômades e pastores, esse movimento faz parte de seus meios de subsistência. No entanto, foi apenas nos últimos 20 anos que a comunidade internacional começou a reconhecer lentamente os vínculos e implicações que uma mudança climática e ambiental têm na mobilidade humana. (IOM, 2009, p. 15; tradução nossa)<sup>22</sup>.

A partir dessas referências, a análise apresentada a partir daqui terá como base as publicações encontradas no sítio Refworld do Acnur relacionada ao tema mudanças climáticas, desastres ambientais e sua relação com os deslocamentos populacionais forçados.

---

<sup>22</sup> “The movement of people as a result of changes in the environment is not a new phenomenon. People have been moving in response to changes in their environment, often seasonally, for centuries. For nomadic peoples and pastoralists such movement is part of their livelihood. However, it is only in the last 20 years or so that the international community has begun to slowly recognize the wider linkages and implications that a changing climate and environment has on human mobility.”

## 2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESASTRES AMBIENTAIS E DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS – EXPRESSÕES DO DEBATE NO SÍTIO REFWORLD, DO ACNUR

A discussão sobre deslocamentos ambientais no âmbito do Acnur está diretamente associada à questão das mudanças climáticas e dos desastres ambientais, vistos como fenômenos causadores ou impulsionadores de tais mobilidades humanas dentro de um mesmo território nacional ou em entre territórios nacionais distintos. Antes de abordarmos a maneira como esse debate aparece nos documentos do Acnur, vale uma explicitação inicial do significado desses conceitos e a maneira como eles são entendidos na documentação analisada.

É importante mencionar, dentre os sentidos que possam ser dados àquilo que vem sendo chamado de “mudanças climáticas”, duas referências que podem ser destacadas, seja por seus propositores, seja pela repercussão que alcançam.

Partindo dessa referência, o conceito de mudança do clima utilizado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas (CQNUMC) diz:

**Mudança do clima** significa uma mudança de clima que possa ser direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis. (UNITED NATIONS, 1992).

Pode ser considerado como aquele com o qual o Acnur dialogaria mais diretamente, tendo em vista estarem ambos – tanto o CQNUMC como o Acnur – ligados às Nações Unidas. Aqui é importante destacar a diferença entre “mudança do clima” e “variabilidade climática”, a partir da qual temos que “mudanças climáticas” são aquelas que, resultantes de ações antrópicas, como a do aumento da emissão de gases de efeito estufa, seja por questões agrárias ou industriais, estariam dentre os elementos desencadeadores; por “variabilidade climática” entendem-se as alterações naturais do clima.

A outra referência é aquela do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima<sup>23</sup>, segundo a qual:

Mudança climática refere-se a uma variação estatisticamente significativa nas condições médias do clima ou em sua variabilidade, que persiste por um longo período – geralmente décadas ou mais. Pode advir de processos naturais internos ou de forçamentos naturais externos, ou ainda de mudanças antropogênicas persistentes na composição da atmosfera ou no uso do solo. (TÍLIO NETO, 2008, p. 60).

Nessa perspectiva, se tanto as atividades humanas como os fatores naturais podem estar na origem dessas mudanças, algo que a caracterizaria, segundo Tílio Neto (2008), seria “a significância da alteração sofrida pelo sistema climático”.

Trata-se de uma discussão presente, em que a apropriação desses conceitos, bem como dos sentidos que trazem consigo, contribui para o entendimento do lugar de quem o utiliza. Desse modo, se pode ser compreensível que o Acnur dialogue com o conceito de “mudança climática”, conforme elaborado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas, de outro modo não haveria como se mostrar refratário àqueles que o utilizam na perspectiva do IPCC.

Sendo assim, ter-se uma referência acerca da compreensão que a utilização desse ou daquele termo possa sugerir, parece plausível de ser considerada a perspectiva apontada por Tílio Neto, “visando a uma perspectiva teórica mais rica sobre a realidade empírica”.

Com base nos conceitos do CQNUMC e do IPCC, as alterações podem ser classificadas quanto à sua gênese e quanto ao seu grau de anormalidade. Quanto à gênese elas podem ser naturais ou antrópicas, conforme sejam ou não derivadas da ação humana. Quanto ao grau de normalidade elas podem ser normais ou anormais. Alterações normais são aquelas cuja magnitude, duração e frequência estão dentro dos parâmetros estatísticos esperados. Alterações climáticas anormais são aquelas cuja magnitude, duração e/ou frequência constituem anomalias estatísticas. (TÍLIO NETO, 2008, p. 62)<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change).

<sup>24</sup> Diversos procedimentos podem ser utilizados para definir o grau de normalidade (ou de anormalidade) das alterações climáticas. O uso da estatística é uma possibilidade que consiste em verificar a frequência com que determinado fenômeno ocorre e, então, atribuir a ele um nível de significância. Esse procedimento é adotado pelo IPCC para quantificar graus de incerteza como confiança (*confidence*) ou probabilidade (*likelihood*). No caso, respectivamente, confiança na exatidão de uma declaração e probabilidade de que determinado resultado venha a ocorrer (TÍLIO NETO, 2008, p. 62).

A partir dessa exposição, Tílio Neto elabora o conceito segundo o qual “mudanças climáticas são as alterações anormais do clima, tanto naturais quanto antrópicas” (TÍLIO NETO, 2008, p. 62).

Se as perspectivas anteriormente apresentadas procuram dar conta de considerações dadas ao termo “mudanças climáticas” no contexto da pesquisa ora apresentada, de outro modo permitem-nos associá-las às consequências que essas mudanças podem ter quando aqui se faz referência ao termo “desastre”.

A conceituação apresentada mais à frente relativa a “desastres” é, portanto, aquela aceita por instituições governamentais e que, estando em consonância com os órgãos de defesa civil, constituem-se em referências para essa área, na qual o conhecimento de protocolos para caracterização de riscos e desastres lhe é próprio. Se, por um lado, estes se apresentam como próprios de suas atividades, acabam por ir ao encontro de critérios técnicos como os considerados pelo IPCC no que tange à caracterização de “mudanças climáticas”, conforme dito anteriormente.

Em relação ao conceito de desastre ambiental, podemos compreendê-lo aqui como:

Resultados de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais. (UFSC, 2012).

Tal definição vai ao encontro do que é analisado mais amiúde por Veyret, tendo em vista sua associação com a caracterização de *risco*, tema por ela abordado, quando da especificação de dado evento, com o conhecimento detalhado de suas dimensões, situações como as de “Estado de Emergência” e “Estado de Calamidade Pública” podem ser declaradas (BLUMENAU, [s.d.]). De outro modo, Beck, ao dizer que “risco” e “catástrofe” não são sinônimos, mas que antes disso, “riscos” seriam uma “antecipação de catástrofes”, pode ter sua abordagem considerada em sintonia com questões de Defesa Civil, quando se observa a definição dada pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR, [s.d.]):

Catástrofe: Interrupção grave do funcionamento de uma comunidade ou sociedade que cause danos generalizados à vida humana, à propriedade, à

economia ou ao meio ambiente aos quais a comunidade ou sociedade afetada é incapaz de fazer frente por seus próprios meios. Um desastre é uma função do processo de risco. Resulta da combinação de perigos, condições de vulnerabilidade e capacidade ou medidas insuficientes para reduzir as consequências potencialmente perigosas dos riscos. (UNISDR, 2008)<sup>25</sup>.

É importante ter claro esse entendimento em virtude das leituras que os termos permitem. Desse modo, podem se constituir como “desastres” tanto eventos decorrentes da ação antrópica como não, enquadrando acontecimentos de “ordem natural”, como um tsunami, por exemplo. Se, por um lado, tais eventos, a rigor, não se constituem em objeto de políticas de acolhimento a pessoas que se deslocam de um país para outro, por outro são objeto de ações de políticas públicas na área de defesa civil quando ocorrem dentro das fronteiras de um país. As políticas de defesa civil, por sua vez, dialogam com instrumentos internacionais como o Marco de Hyogo – sucedido pelo Marco de Sendai (UNISDR, 2015) – tem por objetivo “cuidar para que a redução do risco de desastres constitua uma prioridade nacional e local” (TOMÉ SILVA, [s.d.]).

Pretende-se, assim, a partir desses registros, chamar a atenção para um quadro institucional no qual deslocamentos humanos forçados (isto é, aqueles em que pessoas se vejam obrigadas a sair de seus locais de moradia em virtude de um desastre, como aconteceu em Chernobyl, por exemplo) possam ser acolhidos. Trata-se, aqui, de meios resultantes de políticas públicas locais, amplamente respaldadas por um leque de instrumentos legais associados a questões relativas a desastres, sejam eles quais forem.

Essa perspectiva é relevante de se considerar quando se observa que à mercê do caráter local próprio de um deslocamento interno, ainda assim o Acnur, por sua experiência em lidar com deslocamentos humanos forçados, constitui-se em referência para o encaminhamento de soluções desse caráter.

Nesse quadro, também se levam em conta questões de ordem humanitária diante de deslocados por questões ambientais, que terão num recurso, como a

---

<sup>25</sup> “Catastrophe: Perturbation grave du fonctionnement d'une communauté ou d'une société causant des dommages généralisés à la vie humaine, aux biens, à l'économie ou à l'environnement auxquels la communauté ou société affectée n'est pas en mesure de faire face par ses propres moyens. Une catastrophe est fonction du processus de risque. Elle résulte de la combinaison d'aléas, de conditions de vulnérabilité et de capacités ou de mesures insuffisantes pour réduire les conséquences potentiellement néfastes des risques.”



“Iniciativa Nansen” – abordada no capítulo 3 –, meios pelos quais se procurará dar uma solução política e mesmo social à sua acolhida.

Nesse capítulo, vamos abordar a maneira como o debate em torno da luta pelo reconhecimento dos deslocados transnacionais em virtude de mudanças climáticas e desastres ambientais é problematizado nos pequenos informes publicados por diferentes editoras e nos artigos da revista *Forced Migration*.

## **2.1 De informes a relatórios estatais e internacionais – dinâmica da discussão**

Se, conforme já observado, a categoria “refugiados ambientais” não é reconhecida como tal pelo Acnur, o debate sobre pessoas que se deslocam ou que poderiam se deslocar de um país para outro em decorrência de questões ambientais tem se ampliado nas últimas décadas no âmbito dessa agência da ONU. Tendo o sítio *Refworld*, associado à página *online* do Acnur, como campo de análise documental dessa pesquisa, observa-se uma discussão complexa sobre inúmeras situações de deslocamentos ambientais pelo mundo, bem como a existência de conferências e publicações periódicas que alimentam esse debate contemporâneo.

Antes de entrarmos no conteúdo dessas publicações, vale destacar algumas características do próprio formato desse material que alimenta esse debate político e jurídico no Acnur. Uma primeira observação importante acerca dos artigos encontrados no *Refworld* é o reconhecimento de sua discussão quando se considera o lugar que ocupa nas publicações no sítio oficial do Acnur.

Em termos de formato, destacamos que, de 219 documentos previamente selecionados até julho de 2017, 77 (35%) foram escritos como um breve informativo de quatro ou cinco páginas<sup>26</sup>. Tais informes variam em sua apresentação conforme a editora e, embora haja alguns informes nos anos 1980, é a partir dos anos 2000 que surgem em maior número, expressando um arcabouço de análises mais amplo e feito a partir de distintas perspectivas segundo seus autores. Se questões ambientais estão presentes de diversas formas, é marcante a discussão acerca dos direitos humanos nas editoras<sup>27</sup> desses pequenos informes.

<sup>26</sup> Ver documento do anexo “C” como exemplo.

<sup>27</sup> No anexo final, os nomes em inglês. Segue lista com os nomes das editoras traduzidos: Agência de Notícias das Nações Unidas; Anistia Internacional; Assembleia Geral da ONU; Casa da Liberdade; Comissão de Direitos Humanos da ONU; Conselho da Europa – Assembleia Parlamentar; Conselho Europeu: Comissário para Direitos Humanos; Conselho Norueguês para

O restante do material é constituído de 141 textos em formatos distintos, nos quais se pode encontrar desde documentos legais da Justiça neozelandesa<sup>28</sup> ou australiana<sup>29</sup>, até revistas acadêmicas – como a *Forced Migration*, da Universidade de Oxford<sup>30</sup>. Dentre as instituições que editam esses materiais<sup>31</sup> – citadas no Anexo C – temos nos títulos publicados uma ideia da diversidade de temas abordados, assim como dos locais que, de algum modo, produziram algo relativo à migração e/ou mudanças climáticas, uma vez que foram esses os termos usados na busca.

Do conjunto de documentos apresentado anteriormente, pode-se observar a presença tanto de organizações internacionais governamentais (OIGs)<sup>32</sup> como de ONGs como órgãos publicadores; já no tocante às autorias, trata-se, invariavelmente, de documentos, relatos produzidos por equipes técnicas multidisciplinares.

De caráter mais normativo, há desde um conjunto de documentos legais relativos a decisões jurídicas de cortes da Austrália e Nova Zelândia, onde a solicitação de refúgio associada à questão ambiental se faz presente, até textos da assembleia geral da ONU, com resoluções associadas à migração e às mudanças climáticas. Algo válido também a se observar é que a maior documentação é datada do período posterior à queda do muro de Berlim, em 1990, que, além de marcar o fim do que se convencionou chamar de Guerra Fria, permitiu vislumbrar um crescente debate sobre questões ambientais, o que se poderia considerar como eco de uma discussão sob certos aspectos recentes, quando consideramos a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, como relevante marco nesse debate. Na virada do século XX para o XXI, os debates sobre essa temática intensificaram-se, o que pode ser observado a partir desta discussão.

A partir disso, considerando a variedade de temas encontrados, optou-se aqui por uma análise a partir de dois blocos documentais:

---

Refugiados/Centro de monitoramento de deslocamentos internos; Departamento de Estado dos Estados Unidos; Grupo Internacional Direitos de Minorias; Observatório dos Direitos Humanos; Projeto Brookings-Bern sobre Deslocamento Interno; Rádio Ásia Livre; Rede Integrada de Informações Regionais.

<sup>28</sup> Decision record. Australia. 2009. The tribunal affirms the decision not to grant the applicant a protection (Class XA) visa.

<sup>29</sup> Immigration and protection tribunal New Zealand at Auckland. 2014. Current and projected impacts in Tuvalu of environmental degradation linked to climate change.

<sup>30</sup> Climate change and displacement 10/2008.

<sup>31</sup> Ver anexo C.

<sup>32</sup> Agências da ONU, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), são um tipo de OIG. Veja: <http://relinter.webs.com/organizaesinternacionaisgovernamentais.htm>.

1. pequenos informes de caráter mais propositivo, que apontam para a urgência de pensarmos em formas de reconhecimento dos deslocados por razões ambientais, e descritivo, que relatam aspectos variados sobre os fenômenos dos deslocamentos ambientais internos, fronteiriços e transnacionais;
2. análise de artigos de caráter mais analítico da publicação *Forced Migration Review*<sup>33</sup>, também destacada no sítio do Refworld, e publicada pela Universidade de Oxford, no Reino Unido, em que a perspectiva do debate em torno do reconhecimento ou não deste tipo de deslocamento é destacada.

Tais escolhas têm por justificativa o fato de se querer compreender a maneira como a discussão sobre os deslocamentos humanos associados a questões ambientais tem se configurado no âmbito do Acnur em diferentes formatos de documentos. O objetivo dessa análise é observar pontos de consonância, ou não, acerca da atualidade de ambas as abordagens.

## **2.2 Breves informes – notas sobre a urgência do reconhecimento e as situações específicas**

Os documentos caracterizados como “pequenos informes” podem ser divididos em dois blocos: aqueles que apresentam considerações mais gerais sobre a relevância de avançarmos na discussão do reconhecimento de direitos dos deslocados por motivos e aqueles que podemos nos referir como sendo mais relacionados de situações específicas dos locais noticiados, ainda que estes também façam considerações sobre a importância de ampliação do reconhecimento em âmbito internacional.

Neste sentido, analisaremos primeiramente alguns informes que apresentam essa perspectiva mais propositiva diante de um “vazio” normativo de não reconhecimento jurídico. Trata-se de informativos que apontam para a urgência dessa discussão e indicam caminhos para ampliar o reconhecimento dessa imensa quantidade de pessoas em deslocamentos forçados por motivos de mudanças e desastres ambientais.

---

<sup>33</sup> Os artigos usados estão na edição em espanhol dessa revista; quando usada a edição em inglês, será especificada.

Gostaríamos de iniciar a análise por um informe da Rede Integrada de Informações Regionais (Integrated Regional Information Networks), serviço de notícias das Nações Unidas, que acentua a dimensão do número de pessoas deslocadas por razões ambientais como forma de justificar um avanço normativo nessa área. Essa Rede Integrada noticiou que “cerca de 203 milhões de pessoas em todo o mundo foram deslocadas por desastres naturais entre 2008 e 2015, e o risco dobrou desde a década de 1970” (IRIN, 2017)<sup>34</sup>. Em um artigo intitulado “Mudança climática e migração em massa: uma ameaça crescente à segurança global”, no intertítulo “Difícil de medir” (IRIN, 2017)<sup>35</sup>, podemos notar a referência ao tema como uma “ameaça”, tendo em vista a dificuldade de mensuração do *fato* migratório associado a questões de ordem ambiental. Essa política dos números aqui destacada serve como argumento principal para reivindicar uma política de reconhecimento para essa imensa quantidade de pessoas desamparadas pela não existência de estatuto jurídico internacional que incorpore esses deslocados por razões ambientais. Nessa perspectiva, o informe conclui que

“Há uma lacuna legal para ajudar e proteger as pessoas que cruzam fronteiras no contexto de desastres e mudanças climáticas”, disse Marine Franck, um oficial do Acnur para mudança climática e deslocamento de desastres. (IRIN, 2017)<sup>36</sup>.

Além da importância dos números como forma de reivindicação de reconhecimento político e jurídico, há informe que também acentua a relevância de uma associação mais direta com a discussão dos direitos humanos:

Outra falha na discussão sobre mudança climática até agora tem sido a falta de ênfase nos direitos humanos. Embora os relatórios do *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)* descrevam as consequências sociais do aquecimento global, eles não aplicam uma análise de direitos humanos. [...] No entanto, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos [ACNUDH]<sup>37</sup> divulgou, em tempo hábil, um relatório sobre a relação entre a mudança climática e os direitos humanos. O documento descreve os efeitos da mudança climática em indivíduos e comunidades e destaca as obrigações dos governos, determinadas por tratados, de proteger aqueles cujos direitos

<sup>34</sup> “About 203 million people around the world were displaced by natural disasters between 2008 and 2015, and the risk has doubled since the 1970s”.

<sup>35</sup> “Climate change and mass migration: a growing threat to global security”. “Hard to measure.”

<sup>36</sup> “There is a legal gap to assist and protect people who cross borders in the context of disasters and climate change,” said Marine Franck, a UNHCR climate change and disaster displacement officer.

<sup>37</sup> Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos - <https://nacoesunidas.org/agencia/acnudh/>.

são afetados pelo impacto do aquecimento global ou pelas políticas e medidas projetadas para enfrentar a mudança climática. (COUNCIL OF EUROPE, 2009)<sup>38</sup>.

A nota acima, emitida pelo Conselho da Europa (COUNCIL OF EUROPE, 2009), pode ser considerada relevante tendo-se em conta a referência que aqui se faz à ausência de discussão sobre direitos humanos como elemento constituinte dos painéis intergovernamentais sobre mudanças climáticas e observadas as resistências que vêm ocorrendo em muitos países da União Europeia no que diz respeito aos fluxos de refugiados ocorridos desde o início do conflito sírio. De outro modo, nesse mesmo informe, a referência ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, além de poder ser vista como um contraponto ao posicionamento europeu citado, indica um viés na abordagem do tema dos deslocamentos humanos associados a questões ambientais. Trata-se aqui da consideração de direitos humanos na problemática que, associada a deslocamentos humanos, dá margem a abordagens nas quais sua consideração possa justificar políticas de acolhimento em âmbito internacional.

No sentido da discussão de uma ausência de um amparo legal a essa população deslocada por motivos ambientais, o informe a seguir também estabelece uma relação com essa problemática dos direitos humanos dos migrantes no âmbito dos próprios órgãos da ONU:

“Nós não temos, no direito internacional, [...] qualquer tipo de mecanismo para permitir que as pessoas entrem num Estado contra a vontade deste, a menos que sejam refugiadas. E mesmo assim, elas tecnicamente não têm o direito de entrar, mas não podem ser punidas por entrar”, disse o relator especial sobre os Direitos Humanos dos Migrantes, François Crépeau, ao Centro de Notícias da ONU. Seu mandato foi concedido pelo Conselho de Direitos Humanos e seu trabalho é apoiado pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). “Portanto, pessoas como o Sr. Teitiota não encontram nenhuma solução no direito internacional do modo como está atualmente. A solução para questões ambientais especialmente lentas, como ilhas afundantes ou terras costeiras baixas que estão sendo lentamente erodidas e subjugadas em virtude do clima, fatores induzidos pela mudança, não tem um enquadramento” [no qual possam ser inseridas], acrescentou. “A única

<sup>38</sup> Another flaw in the climate change discussion so far has been the lack of emphasis on human rights. Though the reports of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) describe the social consequences of global warming, they do not apply a human rights analysis. [...] However, the Office of the UN High Commissioner for Human Rights has now timely released a report on the relationship between climate change and human rights. The document describes the effects of climate change on individuals and communities and underlines the treaty-based obligations of governments to protect those whose rights are affected by the impact of global warming or by the policies and measures designed to address climate change.

coisa que pode acontecer é a negociação com os países vizinhos para a transferência de populações.” (UN NEWS SERVICE, 2014)<sup>39</sup>.

O Centro de Notícias da ONU (United Nations News Service), de onde foi extraída essa nota, aponta para um dos princípios jurídicos próprios à questão dos refugiados, qual seja, o princípio de *non-refoulement*, citado anteriormente, e que implica não obrigar um solicitante de refúgio, que tenha seu pedido negado, a voltar ao país onde corra risco de vida. As correlações entre suas agências – neste caso uma de notícias e outra relativa aos direitos humanos – mostra uma postura que pode ser associada a ambos os temas, ou seja, a referência ao não reconhecimento por parte da comunidade internacional de meios formais que possam contemplar a acolhida de pessoas que se deslocam de um país a outro em decorrência de questões ambientais. Vale ressaltar que em nenhum momento faz-se correlação à associação entre a ação humana e problemas ambientais que, sendo dela decorrentes, motivariam também dado deslocamento humano. Tal aspecto é relevante se observarmos, no trecho final dessa citação, o que é referido como “negociação com os países vizinhos”.

Os informes mais recorrentes são aqueles que descrevem situações específicas e, partir desses eventos situados em distintos continentes, apontam para a necessidade de reconhecimentos singulares e de âmbito mais geral.

A ONG Minority Rights Group International (2015) alerta: “Vanuatu foi classificado por fontes da ONU como o país com maior risco de sofrer um desastre natural no mundo”, haja vista a ocorrência, ali, de eventos como a passagem do ciclone Pam, que em 2015 provocou o deslocamento de cerca de 3.300 pessoas. Se inicialmente se refere a deslocamentos internos, isso permite vislumbrar a vulnerabilidade à qual está exposta parte de sua população.

O que se observa aí é mais um informe associado às Nações Unidas que ressalta a gravidade de desastres naturais em países mais densamente povoados e

---

<sup>39</sup> “We don't have, in international law, [...] any kind of mechanisms to allow people to enter a State against the will of the State, unless they're refugees. And even then, they don't technically have the right to enter, but they cannot be punished for entering,” the Special Rapporteur on the Human Rights of Migrants, François Crépeau, told the UN News Centre. His mandate has been awarded by the Human Rights Council and his work is supported by the Office of the UN High Commissioner for Human Rights (OHCHR). “Therefore, people like Mr. Teitiota do not find any solutions in international law as it presently stands. The solution for especially slow onset environmental issues, such as sinking islands, or low lying coastal lands that are being slowly eroded and overcome because of climate change-induced factors, don't have a framework,” he added. “The only thing that can happen is negotiations with neighbouring States for transfer of populations.”

pobres. É importante enfatizar que este constitui um relevante aspecto a ser considerado no presente debate, tendo em vista que a maior capacidade de resiliência de um país com políticas de defesa civil consistentes tende a ser um diferencial no tocante ao impacto que mudanças climáticas, desastres naturais, associados ou não a ações antrópicas, têm sobre dada região.

Em outra referência, agora a Tuvalu – outro país da Oceania, a ONG norte-americana Freedom House informa que

Um acordo de adaptação às mudanças climáticas com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUD)] foi assinado para trazer assistência econômica para proteger a pesca local e para financiar o gerenciamento de desastres. (FREEDOM HOUSE, 2014b)<sup>40</sup>.

Nesse quadro, se não há referência à migração, as mudanças climáticas podem ser compreendidas tanto como fator indutor do comprometimento de uma atividade econômica – no caso, a pesca – como também da ocorrência de desastres naturais, contribuindo, quando no caso de países pobres, como fator de instabilidade para sua população.

O protagonismo das relações internacionais em âmbito regional pode ser observado nesta nota de um acordo feito, em 2013, entre Nauru e Austrália. A ONG Freedom House, fundada em 1941 por Eleanor Roosevelt, informava que para fazer frente ao “reassentamento de refugiados de Nauru que buscavam asilo na Austrália”, ambos haviam assinado um acordo:

Nauru depende fortemente de empréstimos externos e assistência internacional; sua sobrevivência também está ameaçada pelas mudanças climáticas e pelo aumento do nível do mar. Em agosto de 2013, Nauru assinou um novo acordo com a Austrália sobre o reassentamento de refugiados que buscavam asilo na Austrália. Sob o novo acordo, Nauru receberá cerca de US \$ 27 milhões em um pacote total de ajuda em troca de dar aos refugiados a opção de reassentar em Nauru, uma vez que eles sejam processados. (FREEDOM HOUSE, 2014a)<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> In August, a climate change adaptation agreement with the United Nations Development Program was signed to bring in economic assistance to protect local fisheries and to fund disaster management.

<sup>41</sup> Nauru relies heavily on foreign loans and international assistance; its survival is also threatened by climate change and rising sea levels. In August 2013, Nauru signed a new agreement with Australia regarding the resettlement of refugees who had been seeking asylum in Australia; under the new deal, Nauru will receive about \$27 million in a total aid package in exchange for giving refugees the option of resettling in Nauru once they are processed.

Além do aspecto regional citado anteriormente, uma interface com outros países também pode ser notada pela referência feita à assistência internacional. Outro aspecto relevante que se pode observar é o uso do termo “refugiados”, que para o caso em questão, não estaria em consonância com aqueles adotados pelo Acnur para essa categoria, ainda que como notícia, possa parecer inteligível. Neste caso, ao menos no que diz respeito ao seu aspecto formal, normativo, o que se tem não são refugiados, uma vez que a saída de Nauru não se dava em virtude de conflitos ocorridos naquele país ou mesmo por uma das outras razões constantes na Convenção de 1951 sobre refugiados<sup>42</sup>; também não buscavam “asilo”, mas refúgio<sup>43</sup>. O deslocamento humano de um país para outro dava-se em virtude das dificuldades de vida no país de origem como fruto de questões ambientais que os afetavam. A disputa por conceitos, latente, permite também notar neste informe a existência de um problema que, à mercê dos significados que lhes sejam dados, aflige populações que se deslocam, pondo em xeque políticas locais e regionais associadas a desastres ou fenômenos naturais que os afetem.

Nesse outro informe temos o convite do presidente do Kiribati para que a comunidade internacional procure conter o aquecimento global, bem como para que colabore nos “esforços locais de [sua] mitigação” (FREEDOM HOUSE, 2016). Trata-se de uma referência a relações internacionais com expressões marcadamente regionais, em que se procura associar deslocamentos humanos a aspectos ambientais, como no caso de Nauru.

Tal como acontece com outros Estados insulares do Pacífico, o aumento do nível do mar e outros efeitos da mudança climática ameaçam Kiribati. Um ciclone que ocorreu em março de 2015 causou danos severos em três ilhas do sul, e marés altas também foram relatadas. Presidente Anote Tong foi enfático ao convocar a comunidade internacional a conter o aquecimento global e ajudar nos esforços locais de mitigação. (FREEDOM HOUSE, 2016)<sup>44</sup>.

Referindo-se à África, num relato sobre o impacto de mudanças climáticas na produção de melancias no Sudão, pode ser observada, na associação a conflitos regionais daquele país, uma referência à “desertificação [que] aumentou

<sup>42</sup> Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (ACNUR, 1951).

<sup>43</sup> Entenda as diferenças entre refúgio e asilo (BRASIL, [s.d.b]).

<sup>44</sup> As with other Pacific island states, rising sea levels and other effects of climate change threaten Kiribati. A cyclone that struck in March 2015 caused severe damage on three southern islands, and high spring tides were also reported. President Anote Tong has been vocal in calling on the international community to curb global warming and assist with local mitigation efforts.



significativamente a pressão sobre a subsistência das sociedades pastoris, forçando-as a mudar-se para o sul e encontrar pastagens” (IRIN, 2008)<sup>45</sup>.

O impacto da mudança climática é considerado diretamente relacionado ao conflito na região, já que a desertificação aumenta significativamente a pressão sobre a subsistência das sociedades pastoris, forçando-as a se mudar para o sul e encontrar pastagens. Os cientistas da região observaram que, ao listarem a mudança climática como um dos gatilhos, eles não estão tentando negar que outros fatores, como a dominação econômica, política, social e militar do país por uma elite estreita no norte do Sudão, também estejam em jogo. (IRIN, 2008)<sup>46</sup>.

Além da dimensão mais estritamente local, relativa ao próprio país, é importante notar outro aspecto dos deslocamentos humanos associados a questões ambientais, que é aquele relativo ao trabalho – no caso, o trabalho agrícola, com o conflito entre pastores e fazendeiros no Sudão, num fenômeno que não se restringe às fronteiras nacionais se se considera o aspecto global que seria seu indutor.

A referência ao deslocamento interno citado vai ao encontro do tema aqui abordado quando se consideram essas movimentações humanas tanto quanto associada a uma questão ambiental, como tendo como um de seus contribuintes, a ausência de políticas públicas que façam frente a desastres, ainda que localizados, num primeiro momento, às fronteiras locais.

No Sudeste Asiático, a construção da barragem de Xayaburi, no Laos, gerou, desde o início da obra, uma série de debates em virtude de seus impactos sociais, ambientais e econômicos, dentre outros motivos.

A construção da polêmica barragem de Xayaburi, no rio Mekong, começou formalmente em novembro de 2012. O projeto havia levantado preocupações sobre seu impacto no meio ambiente e nos moradores locais e agitou a ira popular no Laos, bem como as críticas do Vietnã e Camboja, que poderiam ser negativamente impactados pela barragem. O governo do Laos teria supostamente suspenso o trabalho na represa, embora o trabalho preparatório tenha ocorrido. (IRIN, 2008).

<sup>45</sup> “[...] desertification has added significantly to the stress on the livelihoods of pastoralist societies, forcing them to move south to find pasture.”

<sup>46</sup> “The impact of climate change is considered to be directly related to the conflict in the region, as desertification has added significantly to the stress on the livelihoods of pastoralist societies, forcing them to move south to find pasture. Scientists in the region have noted that by listing climate change as one of the triggers they are not trying to deny that other factors, such as economic, political, social and military domination of the country by a narrow elite in northern Sudan, have also been at play.”

A construção de barragens pode ser considerada um exemplo de uma questão de ordem ambiental, no caso, resultante da ação humana, ou antrópica, conforme são encontradas algumas referências. Neste caso, além do impacto ambiental sobre uma determinada bacia hidrográfica, há toda uma sorte de impactos de ordem social, na medida em que não raro haverá interferências na ocupação humana de áreas próximas à barragem. No caso do Laos, temos um exemplo de seu impacto em nível internacional, uma vez que se trata de um rio internacional e a área de sua bacia não está somente em um país, abrangendo mais de uma fronteira internacional.

As correlações de uma barragem com essas características com o envolvimento com outros países podem ser notadas nos recentes problemas ocorridos nessa região do Sudeste Asiático, seja com notícias referentes ao impacto que têm sobre o meio natural, como a fauna aquática e impactos diretos sobre a produção pesqueira local e suas consequências para a população que utiliza o rio.

Em 2012, a primeira barragem amargamente contestada no Lower Mekong, a barragem de Xayaburi, um projeto de US\$ 3,8 bilhões baseado em investimentos tailandeses e controlado pela empresa de engenharia Ch. Karnchang, em Bangcoc, começou sua controversa construção. Segundo os cientistas, as duas represas representam uma grande ameaça à migração de peixes e à segurança alimentar. Chhith Sam Ath, diretor cambojano do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), disse ao *The Diplomat*: “A represa Don Sahong é uma bomba-relógio ecológica que ameaça a segurança alimentar de 60 milhões de pessoas que vivem na bacia de Mekong. A barragem terá impactos desastrosos em todo o ecossistema do rio até o delta no Vietnã”. (FAWTHROP, 2016)<sup>47</sup>.

Outro ponto são as consequências que o rompimento de uma barragem pode ter sobre pessoas de países distintos que estão na jusante de suas estruturas. O rompimento ou mesmo a abertura de comportas em virtude do limite de sua capacidade de contenção pode causar tragédias como as observadas em julho de 2018 por ocasião – neste caso – de um rompimento nas estruturas (RUPTURA DE REPRESA DEIXA..., UOL, 2018).

<sup>47</sup> “In 2012 the bitterly contested first dam on the Lower Mekong, the Xayaburi dam, a \$3.8 billion project based on Thai investment and controlled by Bangkok engineering company Ch.Karnchang, began its controversial construction. According to scientists, both dams pose a major threat to fish migration and food security. Chhith Sam Ath the Cambodian director of the World Wide Fund for Nature (WWF), told *The Diplomat*, “The Don Sahong Dam is an ecological time bomb that threatens the food security of 60 million people living in Mekong basin. The dam will have disastrous impacts on the entire river ecosystem all the way to the delta in Vietnam.”

Esses informes mais descritivos de problemas concretos ajudam-nos a entender situações que envolvem países insulares, regiões costeiras, condições internas e transfronteiriças em distintos continentes. Ao selecionar estes casos para análise, o que gostaríamos de fazer é dar uma mostra de como o presente tema se apresenta no sítio Refworld. São relatos oriundos tanto de órgãos das Nações Unidas como de países, agências de notícias ou ONGs, que têm abordado, entre outros assuntos, a presença de questões ligadas a deslocamentos humanos associados a questões ambientais diversas. Os “pequenos relatos”, como aqui se convencionou chamar, distinguindo-se de outros documentos mais extensos, podem ser considerados um meio de informação que visa atender a um público mais amplo e diverso, o que pode ser observado pelas instituições que os publicam.

Nesses “pequenos informes” produzidos por organizações não governamentais, organizações internacionais ligadas à ONU ou instituições como a União Europeia podem ser encontradas notícias pontuais e relatos documentais acerca de resoluções tomadas pelas respectivas entidades. Os documentos aqui citados como “pequenos informes” distinguem-se, portanto, de outros de formato mais analítico (que serão analisados a seguir), tanto pelo contexto de divulgação no qual se dá sua publicação quanto pela forma breve e objetiva como são elaborados.

Os textos de caráter analítico são da revista *Forced Migration*, da qual utilizamos as edições em língua espanhola, intitulada *Migraciones Forzadas*. Trata-se de uma revista com enfoque variado acerca de migrações, sendo que alguns artigos abordam mais diretamente o tema aqui debatido.

## **2.3 *Forced Migration Review* – acolhimento do tema numa perspectiva acadêmica**

### **2.3.1 *Sobre a Revista***

Publicada pela Universidade de Oxford, o contato inicial com o sítio *Refworld* deu-se por meio das edições em língua inglesa e, posteriormente, pelas edições em espanhol, quando disponíveis. Esta publicação também tem edições regulares em francês e árabe.

Trata-se de uma revista editada pelo Centro de Estudos sobre Refugiados do Departamento de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Oxford (FORCED MIGRATION, [s.d.]), fundado em 1982, nessa mesma instituição. A edição em espanhol aqui usada foi publicada pelo Instituto Interuniversitário de Desenvolvimento Social e Paz da Universidade de Alicante (MIGRACIONES FORZADAS, [s.d.]).

Na presente pesquisa, foram consultadas as seguintes edições da revista *Migraciones Forzadas*:

- n. 31 – noviembre 2008 – “Cambio climático y desplazamiento”;
- n. 45 – marzo 2014 – “Crisis”;
- n. 48 – diciembre 2014 – “La fe y las respuestas al desplazamiento”;
- n. 49 – junio 2015 – “Desastres y desplazamiento en un clima cambiante”;
- n. 54 – febrero 2017 – “Reasentamiento”;
- *Migraciones forzadas* – GP 10 – diciembre 2008 – “Diez años de los Principios Rectores del Desplazamiento Interno”.

A seleção dos artigos deu-se em função de sua ligação com o debate sobre o deslocamento humano associado a questões ambientais e de artigos associados aos “Princípios orientadores relativos aos deslocados internos” (OCHA, [s.d]).

### 2.3.2 Artigos

Os artigos destacados na edição em castelhano da *Forced Migration Review*, a *Revista Migraciones Forzadas*, permitem uma separação de seus conteúdos, a qual foi feita aqui tendo em vista a constituição de um “caminho de leitura”. Assim, num primeiro momento, temos artigos mais diretamente associados ao debate em torno das migrações por questões ambientais; na sequência, temos artigos que, embora digam respeito a essa temática, já apresentam o debate acerca de questões que se aproximam de aspectos relativos à defesa civil, constituindo-se em ponte para a abordagem a ser feita no terceiro capítulo.

Os critérios de seleção obedeceram a uma linha de abordagem que contribuísse para compor questões que tivessem como escopo aspectos mais conceituais acerca sobre o tema – questões ambientais / deslocamentos humanos. Tendo em vista a proposta de análise aqui feita, para este segundo capítulo foram

escolhidos os seguintes artigos: “Definir a migração por motivos ambientais” (edição 31); “Refugiados, câmbio climático e direito internacional”; “O deslocamento como consequência de políticas para mitigar mudanças climáticas”; “A apatridia e o deslocamento meio ambiental” e “Uma boa razão para falarmos de refugiados climáticos” (edição 49).

### 2.3.3 Meio ambiente e refúgio – perspectivas de análise do conceito

Com a intenção de contribuir para o entendimento da discussão aqui apresentada, foram consideradas, na disposição dos artigos selecionados, as posições dos autores em torno das correntes presentes no debate sobre migração e meio ambiente; abordagens sobre políticas de mitigação de impactos ambientais e sua associação com migração; a questão da apatridia e, ainda, a relevância do debate sobre o termo “refugiados climáticos”.

Trata-se de artigos que, conforme se poderá observar, envolvem questões centrais que permeiam este trabalho, como a significação do termo “refugiados climáticos” e as consequências da existência, ou não, de políticas mitigatórias diante dos impactos dos desastres naturais sobre populações com níveis distintos de resiliência.

No artigo “Definir a migração por motivos de meio ambiente”, Olívia Dun e François Gemenne (2008, p. 10) chamam a atenção para dois aspectos que permeiam a discussão: por um lado, a dificuldade de separar questões ambientais de outros fatores migratórios e, por outro, a diferenciação entre migração forçada e voluntária (DUN; GEMENNE, 2008). Uma distinção entre ambas, segundo documento apresentado pelo Acnur em parceria com o Conselho Norueguês para os Refugiados, é que na migração forçada temos a presença do elemento da *coerção com ameaças à vida, à saúde, à propriedade e aos meios de vida* e na migração voluntária já teríamos como *motivação o desejo das pessoas de alcançar melhores condições de vida* (ACNUR, 2009)<sup>48</sup>.

A partir daí os autores discorrem sobre duas tendências, assim caracterizadas:

---

<sup>48</sup> Presentación. Desplazamiento forzoso en el contexto del cambio climático: desafíos para los Estados en virtud del Derecho Internacional.

- alarmista: sugere a possibilidade de que viesse a ocorrer uma onda de migração associada a questões ambientais;
- cética: oposta à anterior, que exigiria a consideração da complexidade que envolve os processos migratórios, em que a associação a uma só causa seria inapropriada.

É interessante observar também a associação dos “alarmistas” aos estudos relativos a questões ambientais e desastres naturais. Já os céticos podem ser associados a questões de ordem mais normativa, na qual a identificação com estudos sobre migração forçada e refugiados seria mais característica.

Assim, conforme dizem os autores, ainda que teorias clássicas sobre migração tendam a não considerar o meio ambiente como fator desencadeante, as teorias de “governabilidade ambiental”, por sua vez, não costumam ter em conta os fluxos migratórios (DUN, GEMENNE, 2008, p.10), constituindo-se, aí, uma questão em aberto no debate.

Dun e Gemenne deixam entrever que, se de um lado a determinação de questões ambientais na ocorrência de migrações forçadas pode ser questionada se forem consideradas como único elemento a caracterizá-las, de outro, a determinação da causa de refúgio, conforme a Convenção de 1951, não se faria de forma tão evidente:

No entanto, é interessante observar que, na hora de determinar se alguém é um “refugiado” segundo a Convenção [de 1951], não é necessário precisar se o motivo que leva à perseguição (opiniões públicas, raça, nacionalidade, religião ou pertencimento a um determinado grupo social) é a causa principal do deslocamento, mas aquela que o produziu ou não. (DUN; GEMENE, 2008)<sup>49</sup>.

É a partir do contexto de observações como estas que os autores, apontando para a relevância da definição de um conceito para esse tipo de migração motivada por questões ambientais, destacam também sua implicação no desenvolvimento de políticas que possam fazer frente a elas. Ainda, a título de conclusão, sugerem a necessidade de integrar a migração associada a questões ambientais, também na academia, aos estudos já existentes sobre migração, bem como a importância de ter

---

<sup>49</sup> “Sin embargo, resulta interesante observar que, a la hora de determinar si alguien es un ‘refugiado’ según la Convención, no es necesario precisar si el motivo que lleva a la persecución (opiniones políticas, raza, nacionalidad, religión o pertenencia a un grupo social determinado) es el causante principal del desplazamiento, sino si aquélla se ha producido o no.”

cuidado e atenção com os riscos que definições amplas – e diríamos indiscriminadas – podem acarretar, seja para o entendimento dessa questão, seja para contribuir a um debate que não prejudique aqueles que mais necessitariam de uma definição acerca de sua proteção quando em situação de risco num processo migratório.

Do artigo “Refugiados, cambio climático e direito internacional”, de Maria José Fernandez (2015)<sup>50</sup>, destaca-se a observação que faz a diminuta presença de um debate sobre questões ambientais e migração. Quando se referindo a pesquisa sobre o tema, a autora diz:

De um total de 294 documentos, dos quais foi selecionada uma amostra de 65, entre Resoluções da AG da ONU, Tratados e Convenções e outros informes e documentos, 23% abordavam a mudança climática, 25%, temáticas referentes a migrantes e refugiados, enquanto apenas 6% estabeleciam um nexo entre ambos. (FERNÁNDEZ, 2015, p. 42)<sup>51</sup>.

Essa observação vai ao encontro do observado na presente pesquisa, além do que, no que diz respeito à produção acadêmica em língua portuguesa, não encontramos nenhum artigo no sítio *Refworld*. O tema “refugiados ambientais” parece estar ausente, mas não a questão do refugiado em si, ao menos nos moldes em que é normalmente conhecido. Isso pode ser observado quando se tem como referência o conflito sírio ou mesmo os fluxos migratórios da Venezuela para o Brasil, que também são associados a fluxos de refugiados, ainda que, ao menos no que diz respeito à Convenção da ONU sobre refúgio, muitos desses venezuelanos não possam ser enquadrados nessa categoria.

Nesse mesmo artigo, Fernandez aponta para aquele que seria um caminho no qual esse debate parece ter se desenvolvido mais, que é no diálogo com questões de direitos humanos: “As respostas mais efetivas [a esse debate] deverão considerar os movimentos relacionados às mudanças climáticas num marco amplo de direitos humanos” (FERNÁNDEZ, 2015, p. 42)<sup>52</sup>. Aqui se encontra aquela que pode ser considerada uma das propostas mais diretamente ligadas ao assunto, apresentada em 2010, vinda do Centro Internacional de Direito Ambiental

<sup>50</sup> Licenciada em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Salta, Argentina (mjfernandez84@live.com.ar).

<sup>51</sup> “De un total de 294 documentos, de los cuales se seleccionó una muestra de 65 entre Resoluciones de la AG de la ONU, Tratados y Convenciones y otros informes y documentos, un 23% abordaba el cambio climático, el 25% temáticas referidas a migrantes y refugiados, mientras que sólo el 6% establecía un nexo entre ambos.”

<sup>52</sup> “Las respuestas más efectivas deberán considerar los movimientos relacionados con el cambio climático en un marco amplio de Derechos Humanos.”

Comparado, da Universidade de Limoges, França, com suas “Recomendações resultantes da 3ª Reunião Mundial de Juristas e Associações de Direito Ambiental” (CENTRO INTERNACIONAL, 2010). Expressão da discussão no âmbito jurídico, constitui-se, ainda assim, em uma das faces pelas quais o debate aqui apresentado logrou encontrar uma alternativa como meio de se reconhecer a situação do refugiado ambiental.

Outro aspecto importante a destacar no texto de Fernandez é, por um lado, quando chama a atenção para que esse debate não se restrinja aos refugiados por questões climáticas, mas envolva também aqueles que são vítimas de fenômenos e mudanças de tipo geoambiental, que pudessem também ser enquadrados no escopo das questões de direitos humanos. Tal observação é importante para o tema aqui abordado, tendo em vista que os deslocamentos humanos associados a questões ambientais podem estar relacionados mais diretamente à ação humana, como no caso do rompimento de uma barragem, e a outras de origem geológica, como um terremoto ou mesmo um tsunami. Por outro lado, a autora aponta para aquela que tem sido a forma pela qual esses deslocamentos tendem a encontrar meios de ter um encaminhamento que, ante a indefinição de seu *status* pela comunidade internacional, ainda assim encontre uma solução, mesmo que marcada pela provisoriedade, qual seja, em que uma “resposta do tipo regional [...] poderia constituir o começo de posteriores esforços internacionais” (FERNÁNDEZ, 2015, p. 43)<sup>53</sup>.

Já o artigo “O deslocamento como consequência de políticas para mitigar mudanças climáticas”, de Sara Vigil (VIGIL, 2015)<sup>54</sup>, traz uma oportuna observação, qual seja, a da associação entre políticas de mitigação de mudanças climáticas, que chama de “soluções ecológicas”, com os deslocamentos humanos que provocariam. Como exemplo, cita a declaração do Foro para o Desenvolvimento das Comunidades Indígenas, segundo o qual “cerca de 14% dos refugiados que entraram na Tailândia, vindos da Birmânia, entre 2006 e 2007, teriam sido forçados a se deslocar por causa da campanha de biocombustível a partir da jatrofa” (VIGIL,

<sup>53</sup> “Una respuesta de tipo regional, si bien puede parecer en principio poco ambiciosa, podría constituir el comienzo de posteriores esfuerzos internacionales más amplios.”

<sup>54</sup> Sara Vigil é pesquisadora adjunta do Fundo de Investigação Científica no Centro de Estudos Étnicos e de Migração (www.cedem.ulg.ac.be), da Universidade de Liège. (Sara.Vigil@ulg.ac.be.)



2015, p. 44)<sup>55</sup>, planta a partir da qual também se produz esse combustível. A autora também se refere ao deslocamento humano associado à expansão da fronteira agrícola para produção de etanol, no Brasil, como outro exemplo, embora esse com um impacto de caráter mais local, sem implicações de deslocamentos em âmbito internacional, como no primeiro caso (VIGIL, 2015, p. 44). No tocante à expansão do tipo de fronteira anteriormente citado, vale lembrar que além dos impactos sobre as populações tradicionais de dada localidade, há também um impacto ambiental, com a demanda de novos recursos humanos e tecnológicos.

No artigo “La apatridia y el desplazamiento medioambiental”, Jessie Connel<sup>56</sup> aponta para uma questão por vezes associada a países insulares, que correm o risco de tornarem-se inabitáveis, seja pela elevação do nível do mar, seja pelo comprometimento de recursos naturais, como os hídricos, fazendo com que toda a população venha a ter de sair dele. Connel destaca:

É necessário investigar mais para trazer o mapa dos pontos potenciais de vulnerabilidade criados pela apatridia nas circunstâncias [associadas ao] meio ambiente e outras repercussões de desastres ambientais e das mudanças climáticas<sup>57</sup>. (CONNEL, 2015, p. 46).

Dentre as áreas que pediriam maiores investigações empíricas para compreender sua real dimensão, Connel destaca a do conhecimento de “até que ponto o deslocamento [por questões ambientais] contribui para que pessoas se convertam em apátridas (CONNEL, 2015, p. 46)<sup>58</sup>.

Por fim, no artigo “Uma boa razão para falar dos refugiados climáticos” (Una buena razón para hablar de los ‘refugiados climáticos’), François Gemenne apresenta um questionamento sobre o termo, quando diz que o debate sobre ele seria comum no mundo acadêmico. Acerca dessa discussão, vale lembrar a

<sup>55</sup> “El Foro para el Desarrollo de las Comunidades Indígenas “declaró que el 14% de todos los refugiados que entraron en Tailandia desde Birmania durante los años 2006 y 2007 habían sido forzados a desplazarse por la campaña de biocombustible jatrofa. Brasil, el gigante del etanol, ha experimentado también el desplazamiento de millones de pequeños agricultores tras la adquisición de tierras para la producción de soja. Y hay muchos otros ejemplos”.

<sup>56</sup> Jessie Connell (jessieconnell@gmail.com) é membro associado do Centro de Desenvolvimento de Políticas da Universidade Nacional Australiana (<https://devpolicy.crawford.anu.edu.au/in>), com sede em Bangladesh.

<sup>57</sup> “Es necesario investigar más para trazar el mapa de puntos potenciales de vulnerabilidad creados por la apatridia en circunstancias de desplazamiento medioambiental y otras repercusiones de los desastres y del cambio climático.”

<sup>58</sup> “Hasta qué punto el “desplazamiento medioambiental” contribuye a que las personas se conviertan en apátridas.”

inexistência de uma produção acadêmica brasileira a esse respeito, ao menos nas referências buscadas no Refworld.

Chamando a atenção para a despolitização que o uso de termos poderia trazer ao tema, Gemenne destaca que, ainda que “os humanos [tenham] contribuído substancialmente para a constituição de agentes causadores de mudanças [climáticas] no planeta, em sua maioria eles são, na realidade, vítimas” (GEMENNE, 2015, p. 70)<sup>59</sup>.

Seguindo essa linha, afirma que

Conforme o conceito de “migração ambiental” vem ganhando força, a migração tem sido percebida cada vez mais como um último recurso para as pessoas, que decidem migrar quando já se esgotaram todas as soluções possíveis para adaptar-se ao seu lugar de origem. (GEMENNE, 2015, p. 70)<sup>60</sup>.

Trata-se, aqui, de um aspecto relevante, tendo em vista apontar para duas características dos que poderiam ser chamados de “migrantes ambientais”, quais sejam, a extrapolação de sua capacidade de resiliência associada à resistência a desastres e a perspectiva de uma migração para locais os mais próximos dos de sua origem. Tal aspecto, no entanto, não deve impedir que se perceba a correlação desse tipo de migração com o contraste que marca os países mais diretamente a ela associados e aqueles que, sem serem tão diretamente afetados, constituem-se – ao menos segundo se nota no debate aqui apresentado – potenciais “indutores de fenômenos que contribuem para a aceleração de mudanças climáticas” (GEMENNE, 2015).

É o que destaca Gemenne:

De fato, as mudanças climáticas baseiam-se nas desigualdades entre ricos e pobres, e a migração é o modo pelo qual se materializam essas desigualdades. As primeiras teorias sobre migração assumiam que ela podia ser um ajuste entre as desigualdades, porém é mais um sintoma que uma cura. (GEMENNE, 2015, p. 71).<sup>61</sup>

<sup>59</sup> “Aun en el caso de que los humanos hubiesen reemplazado realmente a los detonantes naturales de los cambios como principales agentes del cambio en este planeta, la mayoría son en realidad víctimas de tales cambios y no sus agentes.”

<sup>60</sup> “A medida que el concepto de ‘migración medioambiental’ ha ido adquiriendo fuerza, la migración se ha ido percibiendo cada vez más como un último recurso para la gente, que decide migrar cuando ya han agotado todas las soluciones posibles para adaptarse a su lugar de origen.”

<sup>61</sup> “De hecho el cambio climático se basa en las desigualdades entre ricos y pobres; y la migración es el modo en el que se materializan estas desigualdades. Las primeras teorías sobre migración asumían que ésta podía ser un ajuste entre las desigualdades, pero es más un síntoma que una cura.”

Tal observação de Gemenne serve para sua autocrítica acerca do uso dessa expressão, ao tratar da “despolitização” da migração:

Renunciar ao termo “refugiado climático” é também, de alguma maneira, renunciar à ideia de que as mudanças climáticas são uma forma de perseguição contra pessoas mais vulneráveis e que a migração de origem climática é mais uma questão política que de meio ambiente. Por isso, [...] considero que esta seja uma razão de peso para voltar a empregar este termo, porque reconhece que essas migrações são, primeiro e antes de tudo, o resultado da opressão que estamos infligindo aos mais vulneráveis. (GEMENNE, 2015, p. 71)<sup>62</sup>.

A referência de Gemenne à relevância do aspecto político que envolve essa discussão vai ao encontro ao observado por Le Pestre quando, referindo-se à “falta de vontade política”, procura “refletir sobre as dimensões políticas internacionais dos problemas do meio ambiente” (LE PESTRE, 2000, p. 16).

Aqui se tem um claro posicionamento, em nível acadêmico, acerca da perspectiva de se abordar esse tema. Trata-se de uma questão candente, tendo em vista confrontar um dos argumentos usados para não se reconhecer a categoria de refugiado ambiental, qual seja, a do nexos causal entre mudanças climáticas e deslocamentos humanos, pois perpassa o debate acerca do quanto países industrializados, mais ricos, seriam potencialmente os maiores causadores das mudanças climáticas, mas que, tanto quanto, seriam também aqueles que mais teriam condições de fazer frente a elas.

Do conjunto de documentos aqui analisados – os pequenos informes e os artigos na revista acadêmica de Oxford –, pode-se concluir que, se por um lado logram apresentar e mesmo discutir a problemática de deslocamentos humanos associados a questões ambientais, já pelo seu formato apresentam perspectivas distintas. Com formato breve, de caráter jornalístico, ainda que os informes apresentem aspectos contundentes das dimensões físicas e humanas associadas aos deslocamentos, não primam pelo rigor em sua terminologia, além de não se deterem em análises mais apuradas. Os artigos, por sua vez, têm em sua veiculação

---

<sup>62</sup> “Renunciar al término ‘refugiado climático’ es también, de alguna manera, renunciar a la idea de que el cambio climático es una forma de persecución contra las personas más vulnerables y que la migración de origen climático es más una cuestión política que medioambiental. Por eso, [...] considero que ésta es una razón de peso para volver a emplear dicho término: porque reconoce que esas migraciones son primero y ante todo el resultado de la opresión que estamos infligiendo a los más vulnerables.”

na revista *Migrações Forçadas* uma gama de opiniões que vão desde acadêmicos vinculados a instituições de pesquisa, a outros que, com formação semelhante, escrevem como profissionais atuantes em áreas que lidam com questões migratórias.

Outro aspecto a se considerar, agora na perspectiva de Alier (2014), mais associado aos pequenos informes é que

os conflitos decorrentes do acesso aos recursos e serviços ambientais têm adotado discursos não especificamente ecológicos. Nesse particular, há muito para ser feito no campo dos estudos históricos voltados para colocar em evidência o conteúdo ecológico de conflitos sociais que não tem feito uso desse discurso. (ALIER, 2014, p. 334).

Essa característica acerca do conhecimento e do entendimento da história de áreas afetadas por questões de ordem ambiental, com reflexos variáveis no deslocamento de sua população, se constitui numa oportunidade de se compreender em que medida as formas de ocupação de dado território encontram correspondência com a capacidade de resiliência de sua população.

Temos, enfim, um quadro em que política, história e meio ambiente conjugam-se como matéria-prima de fundamental importância para que se possa situar esse debate. Vale aqui lembrar Le Pestre:

A *Ecopolítica Internacional* não somente faz referência ao conjunto das dimensões políticas da identificação e da resolução das questões ambientais, como, mais particularmente, às tentativas dos atores internacionais de impor sua definição da segurança em face da natureza e da qualidade de vida das populações, utilizando as novas carências em proveito próprio. (LE PESTRE, 2000, p. 19).

A “ecopolítica internacional”, assim caracterizada no reconhecimento das forças dos atores internacionais e presente em discussões como as aqui apresentadas, permite vislumbrar o quanto há de interferência na esfera internacional, cuja repercussão não poderia deixar de ser percebida no âmbito do Acnur, conforme procurou-se mostrar.

### 3 ESTRATÉGIAS DE PROTEÇÃO DOS DESLOCADOS TRANSNACIONAIS POR DESASTRES AMBIENTAIS

O termo “estratégias” para a proteção de pessoas que se deslocam através de fronteiras nacionais aponta – ante a produção documental encontrada na presente pesquisa, como resultado da ação de múltiplos agentes. Destacam-se, dentre eles, desde organizações não governamentais às agências das Nações Unidas envolvidas com questões migratórias e ambientais. Não há aqui contradição, pois se os referidos princípios estão diretamente associados a deslocamentos internos, não deixaram, entretanto, de se constituir em referência e instrumento para implantação de ações junto a deslocados ambientais transfronteiriços.

Nesse contexto temos o apontamento que Cohen e Deng (2008, p. 4) fazem acerca de sua origem:

A necessidade de desenvolver normas internacionais que protegessem e ajudassem aos deslocados internos foi consequência direta do início de numerosas guerras civis na última década do século XX, que provocaram o deslocamento de dezenas de milhões de pessoas dentro de seu próprio país<sup>63</sup>.

No que diz respeito a conflitos bélicos, devem-se considerar todos os elementos de ordem política e institucional que, uma vez mobilizados para o amparo de pessoas deslocadas contra sua vontade, viriam a fazer frente não só a situações de guerra, como também de ordem ambiental. Escrito em 2008, esse artigo mostra-se atual não só ante a consideração de conflitos como os que vêm ocorrendo na Síria, por exemplo, mas também outros eventos de ordem climática, que seguem acontecendo.

Se os *Princípios orientadores*, lançados em 2008, constituem-se num passo para a abordagem de questões como essas, a Iniciativa Nansen, lançada pela Suíça e Noruega em 2012, viria a somar-se, agora numa perspectiva internacional, à discussão acerca dos deslocamentos humanos transfronteiriços. Cabe destacar que, ainda que esses documentos não tenham sido adotados oficialmente pela

---

<sup>63</sup> “La necesidad de desarrollar normas internacionales que protegieran y ayudaran a los desplazados internos fue consecuencia directa del estallido de numerosas guerras civiles en la última década del siglo XX, que provocaron el desplazamiento de decenas de millones de personas dentro de su propio país.”

comunidade internacional, tornaram-se uma referência na discussão sobre o tema aqui tratado.

### **3.1 Dos *Princípios orientadores* à *Iniciativa Nansen* – o vislumbre de perspectivas**

É nesse contexto que a Iniciativa Nansen se apresenta como um instrumento que vem apontando para um encaminhamento para a questão das pessoas deslocadas por questões ambientais, particularmente em seus itens 4, 5 e 10, demonstrados abaixo:

#### Item IV

Quando a capacidade nacional é limitada, os arranjos regionais e a cooperação internacional devem apoiar a ação em nível nacional e contribuir para a construção de capacidade nacional, sustentando planos de desenvolvimento, prevenindo deslocamentos, assistindo e protegendo pessoas e comunidades afetadas por esses deslocamentos, e encontrando soluções duradouras<sup>64</sup>.

#### Item V

A prevenção e a resiliência precisam ser ainda mais fortalecidas em todos os níveis, particularmente por meio de recursos adequados. Atores internacionais, regionais e locais têm a responsabilidade compartilhada de implementar os princípios consagrados no Quadro de Ação de Hyogo 2005-2015: Construindo resiliência de nações e comunidades em desastres<sup>65</sup>.

#### Item X

As políticas e respostas nacionais e internacionais, incluindo a realocação planejada, precisam ser implementadas com base na não discriminação, consentimento, empoderamento, participação e parcerias com os diretamente afetados, com a devida sensibilidade aos aspectos de idade, gênero e diversidade. As vozes dos deslocados ou ameaçados de deslocamento, perda de lar ou meios de subsistência devem ser ouvidas e levadas em conta, sem negligenciar aqueles que podem optar por permanecer<sup>66</sup>. (THE NANSEN CONFERENCE, 2011, p. 5).

<sup>64</sup> IV - When national capacity is limited, regional frameworks and international cooperation should support action at national level and contribute to building national capacity, underpinning development plans, preventing displacement, assisting and protecting people and communities affected by such displacement, and finding durable solutions.

<sup>65</sup> V - Prevention and resilience need to be further strengthened at all levels, particularly through adequate resources. International, regional, and local actors have a shared responsibility to implement the principles enshrined in the Hyogo Framework for Action 2005-2015: Building Resilience of Nations and Communities to Disaster

<sup>66</sup> X - National and international policies and responses, including planned relocation, need to be implemented on the basis of non-discrimination, consent, empowerment, participation and partnerships with those directly affected, with due sensitivity to age, gender and diversity aspects. The voices of the displaced or those threatened with displacement, loss of home or livelihood must be heard and taken into account, without neglecting those who may choose to remain

A Iniciativa Nansen amplia as possibilidades de aceite ou de viabilização de políticas públicas, em âmbito internacional, que considerem a possibilidade de se “reconhecer de maneira explícita as consequências humanitárias dos êxodos de populações relacionados às mudanças climáticas como desafio de adaptação” (KÄLIN, 2015, p. 5).

A correlação, por sua vez, que se pode observar entre ela e o Marco de Hyogo (EIRD, [s.d.]), permite também apontar para sua ligação com os *Princípios Orientadores* citados anteriormente.

Instrumentos de Defesa Civil como os aqui citados, bem como a Iniciativa Nansen, podem ser apresentados como meios pelos quais a comunidade internacional procuraria fazer frente a situações, processos e relações sociais que geram um desigual bem-estar em relação ao risco. “Há que se considerar as consequentes desigualdades, expressão e produto das relações de poder vigentes no marco nacional e global” (BECK, 2008, p. 242), tendo em vista os aspectos sociais que compõem a percepção de risco, que numa mesma localidade nem sempre logram ser iguais.

O Marco de Hyogo, posteriormente substituído pelo Marco de Sendai, constitui-se num documento com orientações acerca de ações preventivas, mitigatórias e de estratégias de ação em situações de desastre. Constituindo-se em norteador na área de defesa civil, tem no Marco de Sendai um instrumento que busca dar continuidade aos trabalhos de agentes públicos e civis em ações de envolvam riscos como os de desastres.

Trata-se de uma perspectiva que vem conseguindo fazer frente a uma situação que, se por um lado ainda não se encontra definida, como aquela relativa aos refugiados, conforme a Convenção de 1951, por outro apresenta uma alternativa para as pessoas deslocadas por questões ambientais no âmbito das fronteiras nacionais, sem a exigência de um novo arcabouço jurídico internacional com as implicações que lhe são próprias em sua constituição.

A Iniciativa Nansen aparece, entre os documentos pesquisados no sítio Refworld, ora diretamente citada, ora parte integrante de uma publicação, como no caso da revista *Migraciones Forzadas*.

Além de localizar a forma como ela aparece, é importante ressaltar que essa Iniciativa não se constitui em instrumento isolado, mas insere-se num quadro em que o recurso a questões humanitárias para a concessão de permissão para que um

estrangeiro fique num país, ainda que não enquadrado como refugiado, possa ser considerado em certos casos de deslocamento humano por motivos ambientais.

Exemplo disso temos no texto “Deslocamento forçado no contexto de mudanças climáticas: desafios para os Estados em virtude do Direito Internacional” (ACNUR, 2009)<sup>67</sup>, que cita os modelos norte-americano e nórdico:

- Modelo Norte-americano: onde segundo a Lei de Imigração e Nacionalidade dos EUA, aos nacionais de um Estado Estrangeiro, para ser incluído na categoria que permita a concessão de “Proteção Temporal”<sup>68</sup>.
  - (i) Deve haver provocado a interrupção substancial e temporal das condições de vida;
  - (ii) O Estado estrangeiro não tenha capacidade temporária de gerir de forma adequada o retorno de seus próprios nacionais; e;
  - (iii) O Estado estrangeiro solicite de modo oficial a outorga dessa condição.

• Modelo nórdico:  
 Finlândia: outorga proteção complementar aos nacionais estrangeiros que não podem regressar em condições de segurança a seu país de origem ante um desastre ambiental.

Suécia: A Lei de Estrangeiros sueca [Capítulo 4, Seção 2] inclui os indivíduos que “não podem retornar a seu país de origem em decorrência de um desastre ambiental” na categoria de “pessoas que de outra forma requerem proteção”.

Noruega: De modo discricional, [...] concede asilo humanitário às mulheres solteiras e às famílias com crianças de pouca idade provenientes de áreas onde as condições de vida são consideradas extremamente difíceis, por exemplo, nos casos de seca ou fome.<sup>69</sup>

Tais documentos, encontrados no material pesquisado, ao mesmo tempo que permitem fazer uma *leitura de conjuntura* que pode parecer contrária ao contexto no qual se apresenta esta dissertação, de algum modo expressam meios que segmentos do que se poderia chamar de *Comunidade Internacional* encontraram para fazer frente ao debate aqui proposto.

<sup>67</sup> Desplazamiento forzoso en el contexto del cambio climático: desafíos para los estados en virtud del derecho internacional.

<sup>68</sup> “Según la Ley de Inmigración y Nacionalidad de los Estados Unidos, a los nacionales de un estado extranjero se les puede otorgar dicha categoría si se cumplen tres condiciones:

1. debe haber provocado la interrupción sustancial pero temporal de las condiciones de vida;
2. el Estado extranjero no tiene la capacidad temporal de gestionar en forma adecuada el retorno de sus propios nacionales; y
3. el Estado extranjero solicita de manera oficial el otorgamiento de dicha condición

Modelo Nórdico:

Finlandia - el Estado extranjero solicita de manera oficial el otorgamiento de dicha condición.

<sup>69</sup> Suécia: De igual forma, la Ley de Extranjería Sueca [Capítulo 4, Sección 2] incluye a los individuos que ‘no pueden retornar a su país de origen a causa de un desastre ambiental’ en la categoría de ‘personas que de otra forma requieren protección’”.



Ante o quadro apresentado anteriormente, cabe destacar que, apesar de as questões migratórias serem alvo de grandes debates nos EUA, ainda assim eles consideraram as questões ambientais dentro do escopo de sua política migratória. De outro modo, se essas mesmas questões podem encontrar uma recepção distinta nos países nórdicos, cabe aqui uma diferenciação, particularmente no que diz respeito à Noruega, tendo em vista o número de documentos elaborados pelo Conselho Norueguês para Refugiados ou em parceria com ele. Trata-se de avanços que, ante a inexistência de um instrumento internacional que aponte para tratativas mais céleres, ainda assim se constituíram em formas pelas quais esses países lidaram com esse tipo de deslocamento, o que se constitui também, em expressões de políticas migratórias que os distinguem nesse quesito.

Nesse contexto, considerados os caminhos apontados por cada um desses países, pode-se observar que se tais abordagens trazem consigo limites próprios de sua origem, qual seja, a de estarem diretamente associadas aos países que a criaram, de outro modo podem ser consideradas como expressões de acolhimento para pessoas deslocadas por questões ambientais, quiçá nas discussões que sobre isso se travam nas diversas agências da Nações Unidas envolvidas com tais questões.

### **3.2 Dos deslocados ambientais internos aos transnacionais: caminhos do debate acadêmico em torno do reconhecimento**

Diante da análise dos documentos do item anterior, podemos retomar a discussão acadêmica da revista *Migraciones Forzadas*, pensando especialmente em artigos que discutam estes princípios orientadores, protocolos e a Iniciativa Nansen. O objetivo é aprofundar o caminho e as alternativas de reconhecimento entre os deslocados ambientais internos e aqueles que são forçados a se deslocarem entre fronteiras nacionais.

Na retomada do debate aqui apresentado, Maria Stavropoulou<sup>70</sup>, no artigo “Um mar de definições”, ao tratar do termo que envolve a questão do refúgio

---

<sup>70</sup> Maria Stavropoulou trabalha desde 1993 com a ACNUDH y Acnur. No momento em que escreveu este artigo, realizava um trabalho acadêmico e de consultoria independente. As opiniões expressas no presente artigo não representam as da ONU nem as de outras agências com as quais a autora está associada. (maria.stavropoulou@gmail.com.)

associado a questões ambientais, aponta para uma questão que se poderia dizer de ordem mais técnica:

“Os princípios orientadores para deslocados internos” oferecem um padrão para determinar em que momento o deslocamento (e não só o interno) converte-se em uma questão de direitos humanos de interesse internacional, inclusive por motivos relacionados com danos ao meio ambiente, [sendo que os itens] de 5 a 9 descrevem os parâmetros de direito a não ser deslocado de forma arbitrária e incluem as garantias que se devem ter em conta quando o deslocamento for inevitável. (STAVROPOULOU, 2008, p. 12; tradução nossa)<sup>71</sup>.

Há elementos pontuais que contribuem para a caracterização dos direitos que assistiriam a pessoas deslocadas, sejam esses deslocamentos resultantes da ação antrópica ou não. No que diz respeito a aspectos que envolvam os termos “refugiado ambiental”, “migrante ambiental” e “refugiado devido às mudanças climáticas”, deve-se ressaltar que apontam para uma perspectiva segundo a qual “o objetivo primordial não seja estabelecer um novo regime para os refugiados, senão realizar esforços sérios para melhorar a responsabilidade, a cooperação internacional, as normas de proteção ambiental e a boa governabilidade” (STAVROPOULOU, 2008, p. 12; tradução nossa).

A partir desse aspecto, pode-se considerar que tal perspectiva vai ao encontro de aspectos relevantes destacados nos “Princípios orientadores” (OCHA, [s.d.]), segundo os quais a criação da capacidade de resiliência (UNISDR, 2015)<sup>72</sup> de dada região, incluindo aí pesquisas que contribuam para a prevenção de desastres, seriam formas de tornar as populações de lugares em situação de perigo (UNISDR, 2015)<sup>73</sup> mais resilientes a eles.

<sup>71</sup> “Los Principios Rectores sobre el Desplazamiento Interno ofrecen un patrón para determinar en qué momento el desplazamiento (y no sólo el interno) se convierte en una cuestión de derechos humanos de interés internacional, incluso por motivos relacionados con el daño medioambiental. Los Principios Rectores del 5 al 9(1) describen los parámetros del derecho a no ser desplazado de forma arbitraria e incluyen las garantías que deben tenerse en cuenta en el caso de que el desplazamiento sea inevitable [...]. Los Principios Rectores están disponibles en línea en <https://www.icrc.org/spa/resources/documents/misc/5tdmhb.htm>.”

<sup>72</sup> A resiliência é definida como: “Capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposto a riscos de resistir, absorver, adaptar-se e recuperar-se dos efeitos de um perigo de maneira tempestiva e eficiente, através, por exemplo, da preservação e restauração de suas estruturas básicas e funções essenciais” (UNISDR, 2015). Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres, “Terminologia sobre a Redução de Risco de Desastres do UNISDR – 2009”, Genebra, maio de 2009 (<http://www.unisdr.org/we/inform/terminology>). (UNISDR, 2015, p. 3).

<sup>73</sup> Perigo está definido no Marco de Ação de Hyogo como: “Evento físico, fenômeno ou atividade humana potencialmente prejudicial que pode causar a perda de vidas humanas ou ferimentos, danos à propriedade, ruptura social e econômica ou degradação ambiental. Os perigos incluem condições latentes que podem representar ameaças futuras e podem ter diferentes origens:

Nessa mesma linha temos o artigo de Roberta Cohen (2014)<sup>74</sup>, intitulado “O que nos ensinou o desenvolvimento dos *Princípios Orientadores dos Deslocamentos Internos*”<sup>75</sup>, destaca três aspectos:

- 1 A consideração das leis existentes, procuraram ser coerentes com elas;
- 2 Que foram concebidos a partir da direção de especialistas da ONU; e
- 3 Que atendiam a uma demanda de diversos países, compondo, portanto, parte de uma agenda internacional.

Nesse contexto, a consideração no processo de sua redação, de aspectos relativos aos direitos humanos, bem como dos direitos dos refugiados, viria a se consubstanciar em elementos fundamentais no amparo a pessoas deslocadas em nível interno, num dado país. Este último aspecto permite lembrar de uma interface com as ações do Acnur, em que a experiência internacional, no que diz respeito a questões de logística de materiais como víveres e medicamentos, é também fundamental por ocasião de desastres que possam ocorrer em dada localidade. Outro ponto relevante a ser destacado é o diálogo com a legislação existente na elaboração desses *Princípios Orientadores*, contribuindo para sua aceitação pela comunidade internacional. Em outra perspectiva, mas que vai ao encontro da anterior, está a de não procurar conferir ao deslocado interno um *status legal* distinto a instrumentos que já existam, buscando somente garantir-lhe direitos básicos perdidos em virtude do deslocamento ao qual teve de se sujeitar.

Cohen, por fim, atenta para o debate acerca da questão do reconhecimento de uma categoria de *refugiados ambientais*, além de destacar a necessidade da realização desse debate em níveis regionais e nacionais, considerando os atores governamentais e não governamentais. Ressalta a necessidade de se “formular uma definição ou descrição clara de quem necessita proteção e, em segundo lugar, haveria que examinar se os direitos para essas pessoas podem discernir-se do

---

naturais (geológicas, hidrometeorológicas e biológicas) ou induzidas por processos humanos (degradação ambiental e perigos tecnológicos) (UNISDR, 2015, p. 3).

<sup>74</sup> Roberta Cohen (rcohen@brookings.edu) é membro sênior do Instituto Brookings. (www.brookings.edu). O presente artigo baseia-se em um estudo mais amplo, redigido e publicado pelo Instituto para o Estudo da Migração Internacional dentro de seu Projeto sobre a migração por causa das crises (Crisis Migration Project). <http://isim.georgetown.edu/work/crisis/products/workingpapers/>.

<sup>75</sup> “Qué nos enseñó el desarrollo de los Principios Rectores de los Desplazamientos Internos.”

direito internacional já existente” (COHEN, 2014, p. 45)<sup>76</sup>. Trata-se, assim, de uma perspectiva que vai ao encontro daquilo que Honneth observa ao dizer que “um sujeito é respeitado se encontra reconhecimento jurídico não só na capacidade abstrata de poder orientar-se por normas morais, mas também na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso” (HONNETH, 2003, p. 191). De uma outra forma, seria possível entender isso a partir da consideração que se faz necessária para o entendimento daquilo que poderia ser chamado de “enquadramento jurídico da questão dos deslocados ambientais” que lhe dê sentido.

Aqui se tem um contexto no qual a discussão sobre as pessoas deslocadas por questões ambientais tem, nas perspectivas jurídicas, um elemento que a perpassa sobre diversos aspectos, conforme observam Zetter e Morrissey no artigo “A tensão ambiental, o deslocamento e o desafio dos direitos de proteção” (2014, p. 68) no destaque acerca dos direitos materiais e políticos que aí se fazem presentes. Em relação ao primeiro, quando se refere à questão de emprego e reassentamento, por exemplo, e no segundo quando considera o empoderamento das pessoas deslocadas nas tomadas de decisão a elas relacionadas. Novamente se pode recorrer a Honneth quando diz que “o sujeito adulto obtém a possibilidade de conceber sua ação como uma manifestação da própria autonomia, respeitada por todos os outros, mediante a experiência do reconhecimento jurídico” (HONNETH, 2003, p. 194), autonomia essa que em situações de deslocamento só não ser considerada pelos agentes públicos.

Os “Princípios orientadores relativos aos deslocados internos”<sup>77</sup>, pode ser considerado um instrumento que dialoga com a discussão aqui apresentada, na medida em que diz respeito ao deslocamento interno de pessoas, pois eles [os Princípios Orientadores]

abordam as necessidades específicas dos deslocados internos em todo o mundo. Eles identificam os direitos e as garantias relevantes para a proteção das pessoas contra o deslocamento forçado, sua proteção e assistência durante seu deslocamento, bem como enquanto durar a sua reinstalação e reintegração. (OCHA, [s.d.]).

---

<sup>76</sup> “Formular una definición o descripción clara de quienes necesitan protección y en segundo lugar habría que examinar si los derechos para dichas personas pueden discernirse del Derecho Internacional ya existente.”

<sup>77</sup> Ocha (s.d.).

No artigo, “A avaliação do impacto dos Princípios [Orientadores]: uma tarefa pendente” (FERRIS, 2008), pode-se observar que os deslocamentos internos, ainda que tenham sido paulatinamente incluídos na agenda de política internacional, carecem de uma maior difusão, mesmo que venham contribuindo para a criação e adoção de leis relativas a políticas associadas a esses tipos de deslocamentos.

Trata-se de um referencial, por exemplo, sobre a proteção de pessoas durante a situação de deslocamento forçado, seja por questões de ordem ambiental ou mesmo conflitos armados, e que foi apontado de forma bem clara pelo então representante brasileiro junto à ONU, Embaixador Sérgio Vieira de Mello, que destacou “formas pelas quais esses Princípios poderiam beneficiar deslocados internos”:

- 1 aumentar a sensibilidade sobre [as necessidades das pessoas deslocadas]
- 2 mobilizar o apoio humanitário da comunidade
- 3 ajudar o pessoal de campo a encontrar soluções
- 4 assistir [dar apoio] aos governos na manutenção da segurança e do bem-estar dos deslocados. (FERRIS, 2008, p. 10)<sup>78</sup>.

Trata-se de quatro pontos que se conjugam, quando se considera que ante o deslocamento forçado, uma série de questões de ordem prática tornam-se imperiosas para aqueles que saem contra sua vontade de seu local de residência habitual. Assim, se questões como o abrigo e a alimentação se mostram prementes, sentimentos como medo e angústia podem dar margem a toda uma série de posturas em que a *sensibilidade* citada surge como quesito de compreensão para a relação entre os atores aí envolvidos. Num contexto como esse, a consideração de elementos de alteridade torna-se fundamental na busca de soluções que possam tanto atender às necessidades daqueles que se deslocam, como mitigar impactos de sua chegada. A existência de políticas públicas na condução de aspectos relativos à segurança dos agentes envolvidos em episódios de deslocamentos torna-se, então, um elemento que, lembrando Veyret (2015, p. 43), contribui para uma postura em que “reduzir a vulnerabilidade [consiste] em diminuir os efeitos possíveis da crise por meio do conhecimento dos processos e pela instalação de dispositivos adequados” de mitigação.

---

<sup>78</sup> “aumentar la sensibilidad sobre sus necesidades, movilizar el apoyo de la comunidad humanitaria, ayudar al personal de campo a encontrar soluciones y asistir a los gobiernos en el mantenimiento de la seguridad y el bienestar de los desplazados.”

Busca-se aqui, no recurso aos “Princípios orientadores relativos aos deslocados internos”, apontar para a existência de um documento que cumpre duas funções:

- 1ª – a de apontar para a existência compatível com o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito Internacional, de instrumentos que contribuam para viabilizar ações de proteção a pessoas forçadas a se deslocar dos locais onde vivem normalmente;
- 2ª – a de observar a partir daí um recurso que contempla o auxílio a pessoas deslocadas, dentre outros elementos, por questões de ordem ambiental, mas desde que dentro de dada fronteira nacional.

Trata-se de uma perspectiva que vai ao encontro do que observa Beck (2008, p. 236), que, citando Janne X. Kasperson e Roger E. Kasperson, se refere à necessidade de análises que definam unidades de investigação a fim de elaborar estudos regionais comparativos. Desta forma, tem-se aspectos fundamentais para o estabelecimento de subsídios para ações a partir de referenciais históricos, sociais e mesmo de ordem climática, que possam consubstanciar-se em indutores de políticas de acolhimento ou gestão de desastres.

Nesta mesma edição comemorativa da revista, no artigo de Diagne e Entwisle (2008, p. 33) “Acnur e os Princípios orientadores”, somos informados de que o Acnur colabora com governos e agentes humanitários para proteger cerca de 14 milhões de pessoas em 28 países; pode também ser observada nota que permite compreender aspectos que fazem o elo entre essa Agência Internacional de Refugiados e seus interlocutores, em que o “Acnur considera que Os Princípios Orientadores são muito mais que uma simples recompilação e reformulação de normas jurídicas”, colaborando também para que as diversas “agências [envolvidas com essa questão] compreendam o conceito de proteção no contexto operacional”<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> “El Manual también demuestra que los Principios pueden ayudar a fomentar que las diversas agencias comprendan el concepto de protección en el contexto operativo”.

### 3.3 Refworld – expressões acadêmicas e institucionais sobre migração e meio ambiente no sítio do Acnur

A expertise do Acnur, aqui já citada, pode ser aferida seja por relatos de suas atividades, seja por documentos como “Os conceitos-chave sobre mudanças climáticas e deslocamento em situação de desastre” (UNHCR, 2017, tradução nossa)<sup>80</sup>, dos quais cabe destacar:

- **Deslocamento em situação de desastre:** refere-se a situações nas quais pessoas são *forçadas* a sair de suas casas ou lugares de residência habitual para evitar o impacto de um risco natural. Tal deslocamento resulta do fato de que as pessoas estão (i) expostas a (ii) um risco natural em uma situação onde (iii) são muito vulneráveis e não têm capacidade de resistência para suportar os perigos dos impactos” (Nansen Initiative Protection Agenda 2015). (UNHCR, 2017).
- **Deslocamento de desastres transfronteiriços:** refere-se a situações em que as pessoas fogem ou são deslocadas através das fronteiras no contexto de desastres de início súbito ou lento, ou no contexto dos efeitos das alterações climáticas (Platform on Disaster Displacement). Embora a maioria do deslocamento de desastre seja interna, a Iniciativa Nansen “identificou pelo menos 50 países que nas últimas décadas receberam ou se abstiveram de retornar as pessoas após os desastres” (Nansen Initiative Protection Agenda 2015). (UNHCR, 2017).

Percebe-se aqui, uma clara relação entre o Acnur e as perspectivas sugeridas pela Iniciativa Nansen, que tem os deslocamentos humanos associados a questões ambientais como escopo. Nem por isso se constitui em obstáculo para o acolhimento de ações que conjuguem para um encaminhamento para esses deslocamentos.

António Guterres, alto comissário das Nações Unidas para Refugiados, cita o representante especial da Secretaria Geral dos Direitos Humanos dos Deslocados Internos, Walter Kälin, para apresentar “cinco cenários relacionados às mudanças climáticas que poderiam causar direta ou indiretamente deslocamentos humanos”:

---

<sup>80</sup> NOTE: There is high agreement among scientists that the effects of climate change, in combination with other factors, will increase the displacement of people (IPCC 2014). This includes:  
 (i) Climate change is expected to increase the frequency and intensity sudden-onset natural hazards which can lead to internal or cross border disaster displacement;  
 (ii) Climate change is also expected to increase slow-onset hazards which can reduce the threshold at which point people are forced to flee, and also hinder the potential for displaced persons to return to their places of habitual residence;  
 (iii) Climate change impacts may further serve as a “threat multiplier” that exacerbates potential for conflict and consequent displacement, *although these interlinkages are complex, multi-causal and should not be oversimplified.*

- 1 desastres hidrometeorológicos (inundações, furacões, tufões, ciclones, deslizamentos de terra etc.)
- 2 zonas designadas pelos governos como de alto risco e perigosas para habitação;
- 3 degradação do meio ambiente e uma lenta aparição de desastres (por exemplo: a redução da disponibilidade de água, desertificação, inundações recorrentes, salinização de zonas costeiras etc.);
- 4 o caso do afundamento dos pequenos Estados Insulares; e
- 5 conflitos armados provocados pela diminuição dos recursos naturais (por exemplo: água, terra, alimentos) em decorrência de mudanças climáticas. (UNHCR, 2008)

Cabe chamar a atenção para que aí estão considerados desde eventos que podem ser mais estritamente naturais, como outros que possam ser frutos da ação antrópica, mas que ainda assim soem ser objetos de consideração no contexto aqui apresentado. De outro modo, há nesse documento, também, a referência na qual uma situação associada a questões ambientais pode vir a se constituir em elemento que justificaria a concessão de refúgio, que seria um contexto no qual, ante um desastre ambiental, o governo do país se recusasse a dar a devida assistência ou então aquele no qual pessoas se deslocariam forçosamente em decorrência de conflitos armados associados a questões ambientais. Conforme se pode observar, as interligações entre deslocamentos humanos forçados e questões ambientais são constituídas de inúmeras facetas que reclamam uma observação atenta às conjunturas nas quais se dão, em que, além de pontos como os observados, outros, mais diretamente ligados a políticas públicas, como as de prevenção e mitigação de desastres, se conjugam dentre elas.

Nesse contexto pode-se então questionar o uso do termo “refugiado ambiental”, conforme observa Castles:

O termo "refugiado ambiental" só poderia ter um significado legal no sentido estrito de pessoas forçadas a fugir quando as forças repressivas usam a destruição ambiental, como a desfolhação ou a poluição da água, como um instrumento de guerra contra um grupo específico. Os casos incluem o uso do agente laranja pelos EUA durante a Guerra do Vietnã e ações do governo iraquiano contra os árabes do pântano. No entanto, as reivindicações de refugiados de tais grupos seriam baseadas na própria perseguição, e não na sua forma, tornando redundante o termo refugiado ambiental. (2002, p. 8-9)<sup>81</sup>.

---

<sup>81</sup> “The term ‘environmental refugee’ could only have a legal meaning in the narrow sense of people forced to flee when repressive forces use environmental destruction, such as defoliation or polluting water, as an instrument of war against a specific group. Cases include US use of Agent Orange during the Vietnam War and actions of the Iraqi Government against the Marsh Arabs.



Trata-se de um debate em que a recorrência de abordagens reforça aspectos como esse da situação de conflito, que, conforme citado anteriormente, se não foi causado por uma questão ambiental, como a disputa por fontes de água potável, por exemplo, pode, como dinâmica de seu desenrolar, ter em ações danosas ao meio ambiente, a geração de deslocamentos humanos, não só para fugirem do efeito imediato do conflito, mas também do lugar, quando os danos causados tornam dada região inabitável.

As questões até aqui apresentadas remetem-nos às Organizações Internacionais Governamentais ou Intergovernamentais (OIGs), que, segundo Le Pestre (2000. p. 99), são “associações formais entre Estados, que perseguem a realização de objetivos comuns. A presença dessas instituições se mostra constante no presente debate, conforme podemos observar no relato “Resumen de las deliberaciones sobre cambio climático y desplazamiento” (ACNUR, [s.d.b]), em texto apresentado numa mesa-redonda organizada pelo Acnur, em Belaggio, Itália, num evento comemorativo de seus 60 anos.

Nesse texto, que, como em muitos dos que encontramos, não falta a observação de que “o seguinte resumo não representa necessariamente as opiniões individuais dos participantes ou do Acnur, mas reflete amplamente os temas e acordos surgidos na sua discussão (ACNUR, [s.d.b])<sup>82</sup>, temos a referência de que

Concretamente o Acnur, a Organización Internacional para la Migración (OIM), la Organización Internacional del Trabajo (OIT) e outras organizaciones internacionales pertinentes, podem:

- Apoiar as organizações regionais e sub-regionais na implementação de enfoques regionais, incluído o desenvolvimento de perícia relevante, desenho e aplicação de sistemas de alerta preventivos, avaliações de vulnerabilidade e estratégias de adaptação. (ACNUR, [s.d.b])<sup>83</sup>.

---

However, refugee claims of such groups would be based on persecution itself rather than the form of it, making the term environmental refugee redundant.”

<sup>82</sup> “El siguiente resumen no representa necesariamente las opiniones individuales de los participantes o del ACNUR pero refleja ampliamente los temas y acuerdos surgidos de la discusión.”

<sup>83</sup> “Concretamente, el ACNUR, la Organización Internacional para las Migraciones (OIM), la Organización Internacional del Trabajo (OIT) y otras organizaciones internacionales pertinentes, pueden: Apoyar a las organizaciones regionales y subregionales en la implementación de enfoques regionales, incluyendo el desarrollo de relevante pericia, diseño y aplicación de sistemas de alerta temprana, evaluaciones de vulnerabilidad y estrategias de adaptación.”

Tem-se aí uma mostra do contexto no qual bem se inserem as questões aqui apresentadas, relativas a deslocamentos humanos associados a questões ambientais. Trata-se, então, de um tema que pode mobilizar tanto agentes estatais quanto OIGs e ONGs, ocasião em que a sociedade civil se manifesta nas mais diversas formas. Tal perspectiva permite inserir essa discussão no contexto da “ecopolítica”, a partir do qual Le Pestre, citando Dennis Pirages, em *Global Ecopolitics*, a designa, como “relações políticas no âmbito da proteção do meio ambiente e de seus recursos” (LE PESTRE, 2000, p. 19).

Como expressão dessa “ecopolítica” temos uma série de ações que, por fim, vêm se conjugando em termos políticos por meio das quais a comunidade internacional vem procurando fazer frente à discussão aqui apresentada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O vídeo *Uma verdade inconveniente*, no qual o ex-presidente norte-americano Al Gore falava acerca de deslocamentos humanos associados a questões climáticas, despertou-me uma série de inquietações. Anos depois, a migração haitiana, terremoto ocorrido naquele país, veio de encontro ao incômodo que sentia quando lia sobre a forma como o assunto era noticiado. O uso do termo “refugiados ambientais”, somado ao meu envolvimento profissional com questões ambientais, levou-me, então, a querer entender algo mais sobre isso. Assim, contribuir para uma discussão mais elaborada e estruturada, sobre o jogo de forças presentes nesse debate, viria a se constituir no grande desafio da presente dissertação.

Há um debate e ele está em aberto. Se em nível institucional, organismos internacionais como o Acnur compartilham de instrumentos que respaldam os Estados acerca da concessão ou não de refúgio, a inserção de questões ambientais parece causar dissonância quando associada a categoria de deslocamentos humanos forçados. Assim, se conforme anteriormente citado, países como os EUA e outros da Escandinávia, por exemplo, elaboram meios de fazer frente a questões desse tipo, trata-se somente de normativas que, apesar dos obstáculos que possam enfrentar, logram atender a um tipo de demanda específica, um tipo de deslocamento humano que, associado a aspectos ambientais, esteja relacionado a deslocamentos internacionais.

A partir das referências até aqui apresentadas, poderíamos destacar uma favorável ao uso do termo “refugiados ambientais”, de Gemenne (2015), e duas que apontam para sua impropriedade, de Black (2001) e Piguet (2008).

Gemenne, ao reclamar a adequação do uso do termo “refugiados ambientais” como forma de evitar a “despolitização” que a recusa desse termo poderia acarretar, aparece então, como uma voz que vai ao encontro de uma demanda expressa, seja em informes como os apresentados neste trabalho, seja por ONGs atuantes nessa área.

Black (2001), por sua vez, ao criticar o uso desse termo, dizendo que ele tem mais a ver com “agendas burocráticas de organizações internacionais e acadêmicos do que com qualquer realidade teórica ou conhecimento empírico” (BLACK, 2001)<sup>84</sup>,

---

<sup>84</sup> “[...] has more to do with bureaucratic agendas of international organizations and academics than with any real theoretical or empirical insight.”

aponta para as diversas variáveis que, associadas a eventos migratórios, dificultariam sua ligação com questões ambientais. Sem negar que a ocorrência de fenômenos de ordem natural, resultantes da ação antrópica ou não, possa causar tragédias, é no estabelecimento do nexo causal, bem como das implicações políticas a isso associadas, que ele questiona sua validade.

A análise de Piguet, se vai também ao encontro da perspectiva crítica de Black, ressaltando aspectos que dificultam associar diretamente questões ambientais a deslocamentos forçados, apresenta, por sua vez, um importante aspecto a ser considerado no presente debate:

Muitos autores observam que, mesmo que os desastres se tornem mais frequentes no futuro, os esforços políticos e as medidas de proteção poderão diminuir a necessidade de emigrar, desde que os meios financeiros necessários sejam disponibilizados. (PIGUET, 2008, p. 8)<sup>85</sup>.

Tal aspecto diz respeito à *mitigação*, que somada à *prevenção* e à *análise de riscos*, constitui-se em elemento importante para o entendimento tanto dos discursos aqui apresentados como das perspectivas a serem consideradas no debate sobre migração e questões ambientais.

Os “Princípios Orientadores” e a “Iniciativa Nansen” agregam a esse debate elementos que contribuem para entender as interfaces existentes entre a forma como os desastres ambientais e os deslocamentos internos vêm sendo tratados e o quanto essas abordagens de caráter local e regional podem contribuir para questões semelhantes, mas que impliquem a transposição de fronteiras nacionais. A ênfase dada aqui a aspectos de ordem técnica deu-se de forma a apresentar o escopo sobre o qual o Acnur vem atuando, pois ainda que tais deslocamentos não sejam próprios de sua atuação, esta continua sendo a Agência de referência no contexto da ONU.

Feitas essas referências, acreditamos ter apresentado elos de uma discussão que aponta para três aspectos fundamentais ao debate aqui apresentado.

O primeiro é relativo à importância que a percepção social de um dado risco tem para sua prevenção e mitigação. O segundo é a importância que a existência de

---

<sup>85</sup> Many authors note that even if disasters become more frequent in the future, political efforts and measures of protection will be able to lessen the need to emigrate provided that the necessary financial means are made available. In: PIGUET, Etienne. Climate change and forced migration (UNHCR, 2008, p. 8).

políticas de prevenção tem no contexto da ocorrência de desastres. E o terceiro é a constituição de uma agenda política internacional que, dialogando nas esferas de Agências Internacionais como o Acnur, OIM, Pnuma e USDR, faça frente aos aspectos conjunturais que marcam os eventos e debates associados a processos migratórios e relacionados a questões ambientais.

O papel da Organização das Nações Unidas, bem como das Agências que a compõem, revela muito mais do que uma estrutura burocrática ligada a governos nacionais. Composto pelos mais diversos elementos, a presença de representantes do mundo acadêmico, bem como de segmentos da sociedade civil, incluindo aí desde representantes de ONGs até o de corporações econômicas, a ONU se constitui num foro por excelência para a apresentação e discussão de questões que dizem respeito a todos os povos, a tudo aquilo que diga respeito à vida em nosso planeta.

A discussão aqui apresentada, bem como as questões ambientais a ela associada, não dizem respeito a um *problema que se avizinha*, mas que já chegou. Se aquilo que chamaremos de “pauta migratória” se constitui num tema candente de discussões nas relações internacionais, aspectos ambientais não se apresentam de forma mais consensual.

O impacto das desigualdades econômicas e sociais, que reverberam na capacidade de prevenção e mitigação de desastres ambientais, apresentam-se assim, como aquela que talvez seja uma de suas muitas faces perversas se considerarmos a amplitude que deslocamentos ambientais alcançam, assim como a dificuldade que se tem encontrado em fazer frente aos mesmos.

## REFERÊNCIAS

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**. 1951. Disponível em: <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf)>. Acesso em: 4 out. 2018.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Convenção para a redução dos casos de apatridia**. 30 ago. 1961. Disponível em: <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_para\\_a\\_Reducao\\_dos\\_Casos\\_de\\_Apatridia\\_de\\_1961.pdf](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_para_a_Reducao_dos_Casos_de_Apatridia_de_1961.pdf)>. Acesso em: 7 out. 2017.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **A situação dos refugiados no mundo**: cinquenta anos de acção humanitária. Almada: Acnur, 2000.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. Desplazamiento forzoso en el contexto del cambio climático: Desafíos para los estados en virtud del derecho internacional. **Refworld**, 20 mai. 2009. Disponível em: <<http://www.refworld.org.es/docid/500e52ad2.html>>. Acesso em: 7 out. 2017.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. Cambio climático y desplazamiento. Identificación de vacíos y respuestas: mesa redonda de expertos. **Refworld**, fev. 2011a. Disponível em: <<http://www.refworld.org.es/docid/4d7605512.html>>. Acesso em: 7 out. 2017.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. Resumen de las deliberaciones sobre cambio climático y desplazamiento. **Refworld**, abr. 2011b. Disponível em: <<http://www.refworld.org.es/docid/4db9331e24ad.html>>. Acesso em: 7 out. 2017.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados**. [s.d.]. Disponível em: <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo\\_de\\_1967\\_Relativo\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf)>. Acesso em: 7 out. 2017.

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Resumen de las deliberaciones sobre cambio climático y desplazamiento**. [s.d.b]. Disponível em: <<http://www.refworld.org/cgi-bin/tehis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=4db9331e24ad>>. Acesso em: 18 set. 2018.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2014.

ARAÚJO, N. de; ALMEIDA, G. A. de. **O direito internacional dos refugiados: uma perspectiva brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BARRETO, L. P. T. F. (Org.). **A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: Conare, 2010.

BECK, U. **La sociedad del riesgo mundial: en busca de la seguridad perdida**. Barcelona: Paidós Ibérica, 2008.

BIANCO, S. Mudanças climáticas e refugiados ambientais. **Resenha Migrações na Atualidade**, Brasília, ano 20, n. 77, p. 1-10, nov. 2009.

BLACK, R. Environmental refugees: myth or reality? **Refworld**, 20 mar. 2001. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4ff57e562.html>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

BLUMENAU (município). **Conceitos de Defesa Civil**. [s.d.]. Disponível em: <[http://www.blumenau.sc.gov.br/downloads/sedef/conceito\\_defesa\\_civil.pdf](http://www.blumenau.sc.gov.br/downloads/sedef/conceito_defesa_civil.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jul. 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm)>. Acesso em: 7 out. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Refugiados e Conare. **Ministério das Relações exteriores**, [s.d.a]. Disponível em: <[www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/153-refugiados-e-o-conare)>. Acesso em: 9 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Entenda as diferenças entre refúgio e asilo**. [s.d.b]. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/entenda-as-diferencas-entre-refugio-e-asilo>>. Acesso em: 4 out. 2018.

BREVE HISTÓRICO DA ACNUR. **Acnur**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/breve-historico-do-acnur>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

CASTLES, S. **Environmental change and forced migration: making sense of the debate**. Working Paper No. 70. Oct. 2002. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/research/working/3de344fd9/environmental-change-forced-migration-making-sense-debate-stephen-castles.html>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CENTRO INTERNACIONAL DE DIREITO AMBIENTAL COMPARADO. **Recomendações resultantes da 3ª Reunião Mundial de Juristas e Associações de Direito Ambiental**. Limoges: Universidade de Limoges, 2010.

PRINCIPIOS RECTORES de los desplazamientos internos. **Revista Internacional de la Cruz Roja**, 1998. Disponível em: <https://www.icrc.org/spa/resources/documents/misc/5tdmhb.htm>. Acesso em: 28/08/2018

COHEN, R. Qué nos enseñó el desarrollo de los Principios Rectores de los Desplazamientos Internos. **Revista Migraciones Forzadas**, n. 45, mar. 2014.

COHEN, R.; DENG, F. M. Diez años de los principios rectores del desplazamiento interno. *Revista Migraciones Forzadas*, GP 10. dec. 2008.

COUNCIL OF EUROPE. Commissioner for Human Rights. **Climate change is causing an unprecedented, global human rights crisis - and must now be countered by co-ordinated, rightsbased action**. 19 Oct. 2009. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4adc78fe2.html>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

CONNEL, J. La apatridia y el desplazamiento medioambiental. **Revista Migraciones Forzadas**, n. 49, p. 46-47, 2015.

DIAGNE, K.; ENTWISLE, H. Acnur e os principios rectores. **Revista Migraciones Forzadas**, GP10, 2008.

DUN, O; GEMENNE, F. Definir la migración por motivos medioambientales. **Forced Migration Review**, Oxford, n. 31, Oct. 2008.

EFEITO EL NIÑO. **Portal São Francisco**, [s.d.] Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/meio-ambiente/efeito-el-nino>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

EIRD – ESTRATÉGIA INTERNACIONAL PARA REDUÇÃO DE DESASTRES. **Marco de ação de Hyogo 2005-2015**. [s.d.] Disponível em: <[www.defesacivil.pr.gov.br/arquivos/File/Marco/MarcodeHyogoPortugues20052015.pdf](http://www.defesacivil.pr.gov.br/arquivos/File/Marco/MarcodeHyogoPortugues20052015.pdf)>. Acesso em: 18 set. 2018.

FASSIN, D. La economía moral del asilo. Reflexiones críticas sobre la “crisis de los refugiados” de 2015 en Europa. **Revista de Dialectología y Tradiciones Populares**, v. 70, n. 2, p. 277-290, jul.-dic. 2015.

FAWTHROP, T. Killing the Mekong, dam by dam. **The Diplomat**, 28 Nov. 2016. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2016/11/killing-the-mekong-dam-by-dam/>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

FENÔMENOS NATURAIS DESLOCARAM 19,2 milhões de pessoas em 2015, alerta escritório da ONU. **ONUBR**, 19 mai. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/phenomenos-naturais-deslocaram-192-milhoes-de-pessoas-em-2015-alerta-escriptorio-da-onu/>>. Acesso em: 7 out. 2017.

FERNÁNDEZ, M. J. Refugiados, cambio climático y derecho internacional. **Forced Migration Review**, n. 49, p. 42-43, jun. 2015.



FERRIS, E. La evaluación del impacto de los Principio: una tarea pendiente. **Revista Migraciones Forzadas**, GP 10. dec. 2008.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2014**: Nauru. 21 Aug. 2014a. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/53fae99910.html>>. Acesso em: 11 jul. 2017]

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2014**: Tuvalu. 22 Aug. 2014b. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/53fc36543.html>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World 2016**: Kiribati. 29 Aug. 2016. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/57c8327ae.html>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

GEMENNE, F. Una buena razón para hablar de los “refugiados climáticos”. **RMF**, n. 49, p. 70-71, jun. 2015.

GUAREXICK, J. A mudança climática força as migrações. **Envolverde**, 20 set. 2011. Disponível em: <<http://www.envolverde.com.br/noticias/a-mudanca-climatica-forca-as-migracoes/>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

GUTERRES, A. Cambio climático, desastres naturales y desplazamiento humano: La perspectiva del Acnur. **Refworld**, 14 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.refworld.org.es/docid/4ad746e12.html>>. Acesso em: 7 out. 2017.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Edições 34, 2003.

INSTITUTO BRASIL PNUMA. Momento silencioso sobre as mudanças climáticas, diz o chefe do PNUMA. **BRASIL PNUMA**, 27 jan. 2011. Disponível em: <<http://brasilpnuma.blogspot.com.br/2011/01/momento-silencioso-sobre-as-mudancas.html>>. Acesso em: 7 out. 2017.

IOM – INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **Migration, environment and climate change**: assessing the evidence. Geneva: IOT, 2009. Disponível em: <[http://publications.iom.int/system/files/pdf/migration\\_and\\_environment.pdf](http://publications.iom.int/system/files/pdf/migration_and_environment.pdf)>. Acesso em: 7 out. 2017.

IRIN. **Sudan**: Watermelons, conflict and climate change. 13 May 2008. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/482d41fe1e.html>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

IRIN. Climate change and mass migration: a growing threat to global security, **Refworld**, 19 Jan. 2017. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/5881cda14.html>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

KÄLIN, W. La Iniciativa Nansen: crear consenso sobre el desplazamiento en el contexto de los desastres. **Revista Migraciones Forzadas**, n. 49, p. 5-7, jun. 2015.

LE PESTRE, P. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: Senac, 2000.

MIGRACIONES FORZADAS. Departamento Internacional de Desenvolvimento da Universidade de Oxford. Ed. em espanhol. [s.d.] Disponível em: <<http://www.fmreview.org/es.html>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

MILAN, S. Mudança climática: refugiados ambientais serão milhões. **Inter Press Service**, 4 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2009/06/mundo/mudanca-climatica-refugiados-ambientais-serao-milhoes/>>. Acesso em: 7 out. 2017.

MINORITY RIGHTS GROUP INTERNATIONAL. **State of the World's Minorities and Indigenous -Peoples 2015** - Vanuatu, 2 Jul. 2015. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/55a4fa3937.html>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

MISSÃO PAZ. **Congregação dos Missionários de São Carlos**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.missaospaz.org>>. Acesso em: 28 ago. 2018 [sítio em reforma].

OCHA – ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS HUMANITÁRIOS. Princípios orientadores relativos aos deslocados internos. **OCHA**, [s.d.]. Disponível em: <[www.ohchr.org/Documents/Issues/IDPersons/GPPortuguese.pdf](http://www.ohchr.org/Documents/Issues/IDPersons/GPPortuguese.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2018.

OIM – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES. **ONUBR**, [s.d.]. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/oim/>>. Acesso em: 3 set. 2018.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados**. 1967. Disponível em: <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo\\_de\\_1967\\_Relativo\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf)>. Acesso em: 7 out. 2017.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano**. 1972. Disponível em: <[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiPw72PverdAhWGGJAKHWB9DLUQFjAAegQICRAC&url=http%3A%2F%2Fwww.mma.gov.br%2Festruturas%2Fagenda21%2F\\_arquivos%2Festocolmo.doc&usg=AOvVaw2cyLKcZAt\\_dohZ6fSk-qBO](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwiPw72PverdAhWGGJAKHWB9DLUQFjAAegQICRAC&url=http%3A%2F%2Fwww.mma.gov.br%2Festruturas%2Fagenda21%2F_arquivos%2Festocolmo.doc&usg=AOvVaw2cyLKcZAt_dohZ6fSk-qBO)>. Acesso em: 7 out. 2017.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Cartagena**. 1984. Disponível em: <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD\\_Legal/Instrumentos\\_Internacionais/Declaracao\\_de\\_Cartagena.pdf](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf)>. Acesso em: 7 out. 2017.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Intensificación de la promoción y el fomento de los derechos humanos y las libertades fundamentales, en particular la cuestión del programa y los métodos de trabajo de la comisión derechos humanos, éxodos en masa y personas desplazadas**. 11 fev. 1998. Disponível em: <<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/BDL/2001/0022>>. Acesso em: 7 out. 2017.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento**. 1992. Disponível em: <<http://www.silex.com.br/leis/normas/declaracaorio.htm>>. Acesso em: 7 out. 2017.

OS SEIS DIAS QUE já duram 50 anos: a guerra que mudou para sempre o Oriente Médio. **BBC**, 10 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-40200042>>. Acesso em: 7 out. 2017.

OUA – ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA. **Convenção da Organização de Unidade Africana (OUA) que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África**. 1969. Disponível em: <[http://www.refugiados.net/cid\\_virtual\\_bkup/asilo2/2couaapr.html](http://www.refugiados.net/cid_virtual_bkup/asilo2/2couaapr.html)> Acesso em: 7 out. 2017.

PIGUET, E. Climate change and forced migration. **Refworld**, 31 jan. 2008. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/4c2325630.html>>. Acesso em: 7 out. 2017.

PIVETA, M. **Um mapa do risco no mundo**. Pesquisa Fapesp, nov. 2016. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/11/18/um-mapa-do-risco-no-mundo>>. Acesso em: 7 out. 2017.

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

PROTOCOLO DE QUIOTO. Ministério do Meio Ambiente, 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/protocolo-de-kioto>>. Acesso em: 7 out. 2017.

RUPTURA DE REPRESA DEIXA centenas de desaparecidos no Laos. **UOL**, 24 jul. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2018/07/24/ruptura-de-represa-deixa-centenas-de-desaparecidos-no-laos.htm>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

RÚSSIA APROVA RATIFICAÇÃO do protocolo de Kyoto. **Folha de S. Paulo**, 30 set. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u77037.shtml>>. Acesso em: 7 out. 2017.

RÚSSIA DIZ SIM ao Protocolo de Kyoto. **Pesquisa Fapesp**, out. 2004. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2004/10/01/russia-diz-sim-ao-protocolo-de-kyoto>> Acesso em: 3 set. 2018.

STAVROPOULOU, M. Um mar de definições? Cambio climático y desplazamiento. **Revista Migraciones Forzadas**, n. 31, nov. 2008.

THE NANSSEN CONFERENCE. Oslo: UNHCR, 2011. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/protection/environment/4ea969729/nansen-conference-climate-change-displacement-21st-century-oslo-6-7-june.html>>. Acesso em: 9 set. 2018.

TÍLIO NETO, P. **Ecopoítica das mudanças climáticas**: o IPCC e o ecologismo dos pobres. 2008. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, São Paulo.

TOMÉ SILVA, C. H. R. **Desastres naturais e desenvolvimento sustentável**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/temas-e-agendas-para-o-desenvolvimento-sustentavel/desastres-naturais-e-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 9 set. 2018.

UFSC – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Pesquisa e Estudos sobre Desastres. **Capacitação básica em Defesa Civil**. Florianópolis: CAD UFSC, 2012.

UN NEWS SERVICE. **Should international refugee law accommodate climate change?** 3 Jul. 2014. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/53ba4d6e4.html>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

UNITED NATIONS. **United Nations Framework Convention on Climate Change**. Rio de Janeiro: United Nations, 1992. Disponível em: <<https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2018.

UNHCR – UN HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. Cambio climático, desastres naturales y desplazamiento humano: la perspectiva del Acnur. sep.-oct. 2008. Disponível em: < <http://www.unhcr.org/497891022.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2018.

UNHCR – UN HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. Key Concepts on Climate Change and Disaster Displacement. **Refworld**, jun. 2017. Disponível em: <<http://www.refworld.org/docid/594399824.html>>. Acesso em: 7 out. 2017.

UNISDR – ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES. **ONUVR**, [s.d.]. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/unisdr>>. Acesso em: 23 set. 2018.

UNISDR – The United Nations Office For Disaster Risk Reduction. **Marco de Sendai para a redução de risco de desastres 2015-2030**. 2015. Disponível em: <[http://www1.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1398/traduzido\\_unisdr\\_novo\\_sendai\\_framework\\_for\\_disaster\\_risk\\_reduction\\_2015\\_2030\\_portugues\\_versao\\_31mai2015.pdf](http://www1.udesc.br/arquivos/id_submenu/1398/traduzido_unisdr_novo_sendai_framework_for_disaster_risk_reduction_2015_2030_portugues_versao_31mai2015.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2018

UNISDR – The United Nations Office For Disaster Risk Reduction. **Préparation à une réponse efficace en cas de catastrophe**. New York; Genève: Nations Unies, 2008. Disponível em: <[https://www.unisdr.org/files/2909\\_ochadisasterpreparednesseffectivere.pdf](https://www.unisdr.org/files/2909_ochadisasterpreparednesseffectivere.pdf)>. Acesso em: 9 set. 2009.

VEYRET, Y. **Os riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2015.

VIGIL, S. El desplazamiento como consecuencia de las políticas para paliar el cambio climático. **Revista Migraciones Forzadas**, n. 49, p. 43-45, jun. 2015.

ZETTER, R.; MORRISSEY, J. La tensión ambiental, el desplazamiento y el reto de los derechos de protección. In: **Revista Migraciones Forzadas**, n. 45; p. 68, mar. 2014.

## **ANEXO A**

### **AGÊNCIAS DA ONU CONSULTADAS**

#### **Referências**

A discussão sobre migração e meio ambiente mais diretamente associada a desastres ambientais, bem como outros fenômenos de ordem climática, também tem encontrado espaço para sua discussão nas seguintes agências da ONU:

- Acnur – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados;
- OIM – Organização Internacional da Migração;
- UNISDR – United Nations Office for Disaster Risk Reduction;
- PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;
- UNFPA (sigla em inglês) – Fundo de População das Nações Unidas.

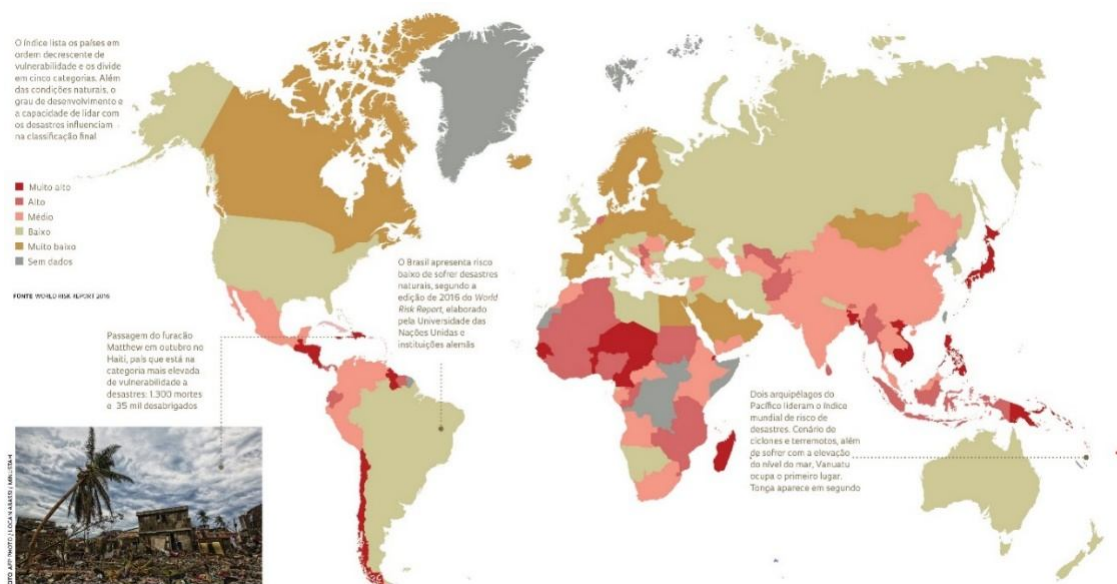
Se o presente trabalho utiliza o Acnur como escopo, tendo em vista a discussão acerca do tema “refugiados”, o conhecimento do âmbito de atuação das agências aqui citadas permeia de formas distintas esse debate. Assim, se o Pnuma produz informações sobre questões ambientais, tais como desmatamento, seca e escassez hídrica, por exemplo, a UNISDR está diretamente associada àquilo que é chamado de “gestão de desastres” e que, além de ser a origem de um importante documento diretamente associado a deslocamentos humanos e meio ambiente (os “Princípios rectores de los desplazamientos internos” [ONU, 1998]), tem no Marco de Sendai (ONU, [s.d.b]) – Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030 – , a expressão de ações ligadas à defesa civil que contemplam, dentre outras políticas, aquelas relacionadas ao acolhimento de pessoas deslocadas por desastres de grandes proporções, sejam ambientais ou não, para os quais dispõem de informações em diversos suportes, como o de mapeamentos, por exemplo (ver Anexo B).

## ANEXO B

### MAPA DE RISCO DE DESASTRES NO MUNDO

No mapa abaixo (Fig. 1), temos uma expressão do quanto o conhecimento científico e tecnológico avançou no que diz respeito à prevenção e mitigação de riscos. As informações nele contidas estão entre aquelas que podem ser usadas por agentes públicos para a promoção de políticas de prevenção e mitigação de riscos ambientais. Até mesmo estratégias relativas ao deslocamento humano, em situações de desastres, podem ser inferidas a partir daí.

**Figura 1 – Mapa de risco de desastres no mundo**



Fonte: Piveta (2016)

## ANEXO C

### DOCUMENTOS PESQUISADOS NO SÍTIO REFWORLD

#### **Assemblée parlementaire**

Environmentally induced migration and displacement: a 21<sup>st</sup> century challenge. 2008.

Forced migration: a new challenge. 2016.

#### **Conseil de l'Europe – Cour Européenne des droits de l'homme european court of human rights**

Case of Jane Smith v. The United Kingdom. 2001.

Case of Lee v. The United Kingdom. 2001.

#### **International Federation for Human Rights**

EU member states under the spotlight: Incorporating Human Rights into Investment Strategies: 2010 Non-Financial Rating of the 27 EU Member States

#### **Escritório Federal de Migração e Imigração<sup>1</sup>**

Gruppe 22 – Informationszentrum Asyl und Migration. 2014.

#### **Global commission on international migration (GCIM)**

Global migration perspectives – Global governance for migration and the environment: what can we learn from each other? 2005.

#### **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)<sup>2</sup>**

Directrices voluntarias sobre la Gobernanza responsable de la tenencia de la tierra, la pesca y los bosques en el contexto de la seguridad alimentaria nacional (versão em castelhano). 2012.

#### **Norwegian Refugee Council - Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC)**

Assessing drought displacement risk for Kenyan, Ethiopian and Somali pastoralists. 2014.

---

<sup>1</sup> Bundesamt für migration und fluchtlinge. Sítio: <http://www.bamf.de/DE/Startseite/startseite-node.html>; acesso em 1º/5/2018

<sup>2</sup> Food and Agriculture Organization – sítio: <http://www.fao.org/brasil/pt/>



Global estimates 2015 – People displaced by disasters

Neglected displacement – human mobility in Pacific disasters risk management and climate change adaptation mechanisms. 2013.

Monitoring disaster displacement in the context of climate change. 2009. Escrito em parceria com o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários<sup>3</sup>

Unfinished business – Kenya's efforts to address displacement and land issues in Coast Region. 2014. Escrito em parceria com a Kenya National Commission on Human Rights.<sup>4</sup>

### **International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies**

Introduction to the Guidelines for the domestic facilitation and regulation of international disaster relief and initial recovery assistance. 2011.

Model act for the facilitation and regulation of international disaster relief and initial recovery assistance (with commentary). 2013. Escrito em parceria com a Ocha<sup>5</sup> e a União Interparlamentar<sup>6</sup>.

### **International Crisis Group**

Afrique centrale: les défis sécuritaires du pastoralisme. 2014.

Instruments of Pain (I): Conflict and Famine in Yemen. 2017.

Instruments of Pain (II): Conflict and Famine in South Sudan. 2017.

### **Refugees International – Field report**

Accelerating threats from climate change: disasters and displacement in Myanmar. 2016.

Confronting climate displacement: learning from Pakistan's floods. 2010.

Sahel: La récurrence des chocs climatiques stimule la migration; les efforts de résilience sont confrontés à des défis. 2013.

Sahel : Recurrent climate shocks propel migration; resilience efforts face challenges. 2013.

---

<sup>3</sup> Em inglês: Ocha (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs). Sítio: <https://www.unocha.org/>.

<sup>4</sup> Sítio: <http://www.knchr.org/>, acesso em 1º/5/2018.

<sup>5</sup> Ver nota 3.

<sup>6</sup> Sítio: <https://www.ipu.org/>.

## **Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos**

\* A mulher e o direito a uma moradia adequada<sup>7</sup>. 2012.

## **Minority rights group international**

\* Briefing – Voices that must be heard: minorities and indigenous people combating climate change. 2008.

## **Overseas Development Institute (ODI). Austrália**

A spotlight on Kiribati – Australia's integrated approach: matching global climate change commitments with immediate needs and capacity. 2014.

The case of Viet Nam – Advancing integration of disaster environment and climate change. 2014.

## **Fundo das Nações Unidas para a Infância<sup>8</sup>**

\* Children on the move, children left behind. 2016

## **The informal taskforce on climate change of the Inter-Agency Standing Committee<sup>1</sup> and The International Strategy for Disaster Reduction. 11/11/2008.**

\* Disaster Risk Reduction Strategies and Risk Management Practices: Critical Elements for Adaptation to Climate Change

## **Save the children**

Feeling the heat – Child survival in a changing climate. 2009.

## **Anistia Internacional<sup>9</sup>**

Amnesty international report 2016/17 – The state of the world's human rights.

## **Royal Government of Bhutan** (Há referência ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD]<sup>10)</sup>)

<sup>7</sup> La mujer y el derecho a una vivienda adecuada.

<sup>8</sup> United Nations International Children's Emergency Fund (UNICEF); Sítio: <https://www.unicef.org/>

<sup>9</sup> <https://www.amnesty.org/en/> ou <https://anistia.org.br/anistia-em-acao/emailacao-urgente-justica-para-marielle/>

Bhutan Natinal Human Development Report. 2011. Sustaining progress: Rising to the climate change.

**Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)<sup>11</sup> e República do Senegal, 2010**

Rapport National sur le Développement Humain – Changement climatique, Sécurité alimentaire et Développement humain.

**Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)<sup>12</sup> e Organização de Meio Ambiente e Desenvolvimento para Mulheres**

Climate change connections – Women at the forefront. 2009.

**Ministério do Meio Ambiente do Cambodia e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP)<sup>13</sup> Cambodia**

Kingdom of Cambodia – Building resilience: The future for rural livelihoods in the face of Climate Change. Cambodia Human Development report 2011.

**Serviço de Pesquisa do Congresso [dos E.U.A.]<sup>14</sup>**

Segurança e meio ambiente no Paquistão. 2010.

**Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)<sup>15</sup>**

Indicadores de derechos humanos. Guía para la medición y la aplicación. 2012.

**Department of Economic and Social Affairs. United Nations. 2009**

State of the world's indigenous peoples.

**Immigration and protection tribunal New Zealand at Auckland. 2014**

---

<sup>10</sup> United Nations Development Programme (UNDP) - <http://www.br.undp.org/>

<sup>11</sup> Idem, ibidem nota 25

<sup>12</sup> United Nations Population Fund (<http://www.unfpa.org.br/>) e Women's Environment & Development Organization

<sup>13</sup> Ministry of Environment of Cambodia and UNDP Cambodia.

<sup>14</sup> CRS Report for Congress (<https://www.loc.gov/crsinfo/>)

<sup>15</sup> Naciones Unidas Derechos Humanos – Oficina del Alto Comisionado. 2012 (<https://nacoesunidas.org/agencia/acnudah/>)

Current and projected impacts in Tuvalu of environmental degradation linked to climate change.

**Refugee status appeals authority New Zealand at Auckland. 2000**

**Decision record. Australia. 2009**

The tribunal affirms the decision not to grant the applicant a protection (Class XA) visa.

**Climate Change Authority Act 2011**

**National Greenhouse and Energy. Australia. 2014**

**In the supreme court of New Zealand. 2015**

**World Health Organization (WHO), IOM, World Vision (WV), UNHCR and IFRC**

Protecting the health of vulnerable people from the humanitarian consequences of climate change and climate related disasters. 2009.

**Inter-Agency Standing Committee (IASC). 2008**

Cambio Climático, migración y desplazamiento: Quién resultará afectado?

**Federación Internacional de Sociedades de la Cruz Roja y de la Media Luna Roja. 2009.**

Cambio climático y movilidad humana: punto de vista humanitario.

**Oficina del Alto Comisionado de Las Naciones Unidas para los Refugiados. 2009**

Desplazamiento forzoso en el contexto del cambio climático: desafíos para los Estados en virtud del derecho internacional.

**Jane McAdam, para evento do Acnur. 2010**

El desplazamiento provocado por el cambio climático y el derecho internacional.

**Comité exécutif du programme du haut commissaire. 2009**

Questions environnementales.

**SBI Work Program on Loss and Damage. UNHCR, UN University, Norwegian Refugee Council (NRC), Internal Displacement Monitoring Centre, Human Rights of Internally Displaced Persons, OIM. 2012.**

Human mobility in the context of loss and damage from climate change: needs, gaps, and roles of the Convention in addressing loss and damage.

**Roberta Chohen and Megan Bradley. Journal of International Humanitarian Legal Studies. 2010**

Disasters and displacement: gaps in protection.

**Centre International de Droit Comparé de l'Environnement. 2015**

Project de Convention Relative au Statut International des Déplacés Environnementaux.

**Assembleia Geral da ONU**

United Nations Decade of International Law. 30/12/1993.

Convención Marco de las Naciones Unidas sobre el Cambio Climático. 20/02/1994.

International Decade of the World's Indigenous People. 18/02/1994.

Strengthening of the United Nations Environment Programme. 31/3/1994

International Day for the Preservation of the Ozone Layer. 23/1/1995.

Fisheries bycatch and discards and their impact on the sustainable use of the world's living marine resources. 2/2/1995.

Support for the Global Learning and Observations to Benefit the Environment (GLOBE) programme. 22/2/1995.

Cooperation between the United Nations and the League of Arab States. 28/11/1995.

Cooperation between the United Nations and the Asian-African Legal Consultative Committee. 13/11/1996.

Improvement of the situation of women in rural areas. 16/02/1996.

Zone de paix et de coopération de l'Atlantique Sud. 15/01/1998.

Global Strategy for Shelter to the Year 2000. 04/02/1998.

Report of the Secretary-General on environment and human settlements. 10/08/1999.

Cooperation between the United Nations and the Asian-African Legal Consultative Committee. 06/11/2000.

Informe de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos sobre la relación entre el cambio climático y los derechos humanos. 15/01/2009.

Segundo informe sobre la protección de las personas en casos de desastre. 07/05/2009.

El cambio climático y sus posibles repercusiones para la seguridad. 11/09/2009.

Report of the Special Rapporteur on the right to food, Olivier De Schutter Addendum Mission to the Syrian Arab Republic. 27/01/2011.

Informe de la Alta Comisionada de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos acerca de los resultados del seminario sobre las consecuencias adversas del cambio climático en el pleno disfrute de los derechos humanos. 10/04/2012.

Derechos de los pueblos indígenas. 13/08/2012.

Estudio definitivo del Comité Asesor sobre la promoción de los derechos humanos de los pobres del medio urbano: estrategias y mejores prácticas. 31/12/2012.

Informe anual de la Representante Especial del Secretario General sobre la violencia contra los niños. 04/01/2013.

Protection of global climate for present and future generations of humankind. 12/03/2013.

Protection of global climate for present and future generations of humankind. 18/02/2014.

Los derechos humanos y el cambio climático. 15/07/2014.

Informe de la Comisión de Derecho Internacional. 5/5 a 6/6 e de 7/7 a 8/8/2014.

Derecho a la alimentación. 05/08/2015.

Report of the Governing Council of the United Nations Environment Programme. 09/02/2016.

En condiciones de seguridad y dignidad: respuesta a los grandes desplazamientos de refugiados y migrantes. 21/04/2016.

Informe de la Comisión de Derecho Internacional. 2/5 a 10/6 e de 4/7 a 12/8/2016.

Estudio analítico de la relación entre el cambio climático y el derecho humano de todos al disfrute del más alto nivel posible de salud física y mental. 06/05/2016,

Resolución aprobada por el Consejo de Derechos Humanos el 1 de julio de 2016.  
Los derechos humanos y el cambio climático. 18/07/2016.

### **Consejo Económico y Social**

Derechos humanos, éxodos en masa y personas desplazadas. 11/02/1998.

Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas. Información recibida del sistema de las Naciones Unidas y otras organizaciones intergubernamentales Fondo de las Naciones para la Infancia. 25/02/2011.

Examen de los informes presentados por los Estados partes en virtud de los artículos 16 y 17 del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales. Quinto informe periódico que los Estados partes debían presentar en 2014. 16/02/2016.

Estudio Económico y Social Mundial 2016: Resiliencia al cambio climático, una oportunidad para reducir las desigualdades. 16/02/2016.

### **UNHCR**

Cambio climático y apatridia: una visión general. 15/05/2009.

Forced displacement in the context of climate change: challenges for states under international law. 20/05/2009.

Environmental issues. 09/06/2009.

Cambio climático y desplazamiento: identificación de vacíos y respuestas. Acnur 60 años. 22 a 26/01/2011.

Resumen de las deliberaciones sobre cambio climático y desplazamiento. Acnur 60 años. 22 a 25/01/2011

Submission by the United Nations High Commissioner for Refugees For the Office of the High Commissioner for Human Rights' Compilation Report-Universal Periodic Review: The Republic of Kiribati. 11/2011.

Submission by the United Nations High Commissioner for Refugees For the Office of the High Commissioner for Human Rights' Compilation Report -Universal Periodic Review: Tuvalu. 11/2011.

"Millones de personas sin protección: Desplazamiento inducido por el cambio climático en países en desarrollo". (Berlín, 29 de enero de 2013) Retos relacionados con el desplazamiento inducido por el cambio climático.

Conferencia Internacional “Millones de personas sin protección: Desplazamiento inducido por el cambio climático en países en desarrollo”. (Berlín, 29 de enero de 2013) Retos relacionados con el desplazamiento inducido por el cambio climático.

Submission by the United Nations High Commissioner for Refugees For the Office of the High Commissioner for Human Rights’ Compilation Report – Universal Periodic Review: Union of Comoros. 06/2013.

Legal considerations on refugee protection for people fleeing conflict and famine affected countries. 04/2017.

Note on international protection. 16/06/2017.

Submission by the United Nations High Commissioner for Refugees to the Office of the High Commissioner for Human Rights Compilation Report - Universal Periodic Review: The Republic of The Marshall Islands. 16/08/2017.

Submission by the United Nations High Commissioner for Refugees to the Office of the High Commissioner for Human Rights Compilation Report - Universal Periodic Review: The Federated States of Micronesia. 16/08/2017.

Submission by the United Nations High Commissioner for Refugees for the Office of the High Commissioner for Human Rights’ Compilation Report - Universal Periodic Review: The Independent State of Samoa. 16/08/2017.

Submission by the United Nations High Commissioner for Refugees for the Office of the High Commissioner for Human Rights’ Compilation Report - Universal Periodic Review: The Solomon Islands. 16/08/2017.

Submission by the United Nations High Commissioner for Refugees For the Office of the High Commissioner for Human Rights’ Compilation Report –Universal Periodic Review: Republic of Maldives.

Cambio climático, desastres naturales y desplazamiento humano: la perspectiva del Acnur. 10/2008.

Refugee protection and international migration. Trends august 2013 – july 2014.

Guía rápida – Desplazamiento por cambio climático y desastres. 05/2017.

Key Concepts on Climate Change and Disaster Displacement. S/d.

UNHCR, the environment & Climate change. 10/2015.

The state of the World’s Refugees *In Search of Solidarity*. 2012.

In Search of Shelter Mapping the Effects of Climate Change on Human Migration and Displacement. 05/2009.



Refugee Operations and Environmental Management. Key Principles for Decision-making. 1998.

Climate change, vulnerability and human mobility: perspectives of refugees from the east and horn of Africa. 06/2012.

UNHCR Environmental Guidelines. 1996.

New issues in refugee research. Environmental refugees: myth or reality?

Richard Black University of Sussex. UK. 03/2001.

New issues in refugee research. Environmental change and forced migration: making sense of the debate.

Stephen Castles. Refugees Studies Centre University of Oxford. 10/2002.

New issues in refugee research. Climate change and forced migration. Etienne Piguet Professor of Human Geography. Institute of Geography. University of Neuchâtel. Switzerland. 01/2008.

New issues in refugee research. Climate change, disaster, displacement and migration: initial evidence from Africa. Vikram Kolmannskog. Norwegian Refugee Council, 12/2009.

Legal and protection policy research series. Climate Change Displacement and International Law: Complementary Protection Standards

Jane McAdam. Professor, Faculty of Law, University of New South Wales. 05/2011. Acnur 60 anos.

Legal and protection policy research series. Climate Change Induced Displacement: Adaptation. Policy in the Context of the UNFCCC Climate Negotiations. 05/2011. Acnur 60 anos.

Legal and protection policy research series. Climate Change and the Risk of Statelessness: The Situation of Low-lying Island States. 05/2011. Acnur 60 anos.

Legal and protection policy research series. Protecting People Crossing Borders in the Context of Climate Change Normative Gaps and Possible Approaches.

Walter Kälin and Nina Schrepfer University of Bern, Switzerland. 02/2012. Acnur 60 anos.

Legal and protection policy research series. Protection and Planned Relocations in the Context of Climate Change

Elizabeth Ferris

Brookings-LSE Project on Internal Displacement. Acnur 60 anos. 08/2012.

42.37 Discussion Forum on Climate Change. Berlin, 17 June 2014.

**Union interparlementaire. Plan d'action parlementaire sur les changements climatiques. 2016**

**Organización Internacional para las Migraciones (OIM) / Acnur**

Direito Internacional da Migração. Glossário sobre migração. 2009.

Migration, environment and climate change: assessing the evidence. 2009.

Caribbean Regional Conference on the Protection of Vulnerable Persons. in Mixed Migration Flows. Promoting Cooperation and Identification of Good Practices. Nassau, The Commonwealth of The Bahamas. 22-23 May 2013.

**Brookings-Bern Project on Internal Displacement. Washington, DC**

Human rights and natural disasters. Operational Guidelines and Field Manual on Human Rights Protection in Situations of Natural Disaster. 03/2008.

When disaster strikes: women's particular vulnerabilities and amazing strengths. Elizabeth Ferris. Brookings Institution. 10/11/2010.

**The Brookings Institution – University of Bern Project on Internal Displacement**

Climate Change and Internal Displacement: A Contribution to the Discussion. Prepared for UNHCR Bellagio Roundtable, 22-26 February 2011. By Elizabeth Ferris.

**The Brookings Institution – London School of Economics Project on Internal Displacement**

On the front line of climate change and displacement. Learning from and with pacific island countries. 09/2011.

A Complex Constellation: Displacement, Climate Change and Arctic Peoples. 30/01/2013.

Climate Change and Displacement for Indigenous Communities in Arctic Scandinavia. January 30, 2013.

Climate Change and Human Mobility in Indigenous Communities of the Russian North. January 30, 2013.

**University of Oxford**

Climate change and displacement. 10/2008.

Environmentally displaced people. 11/2008.

Diez años de los Principio Rectores del Desplazamiento Interno. 12/2008.

Crisis. 02/2014.

Faith and responses to displacement. 11/2014.